

CAMINHO PARA O CRESCIMENTO

**UMA ESTRATÉGIA DE
REFORMA DE MÉDIO PRAZO
PARA PORTUGAL**

CAMINHO PARA O CRESCIMENTO

UMA ESTRATÉGIA DE
REFORMA DE MÉDIO PRAZO
PARA PORTUGAL

MAIO DE 2014

ÍNDICE

Prefácio

Introdução

Criar Bases Sólidas para o Crescimento

Manter o Ritmo das Reformas

Fomentar a Competitividade

Promover o Capital Humano e o Emprego

Racionalizar o Sector Público

Principais Medidas Previstas

Compromissos Orçamentais

Anexo I: Principais reformas no âmbito do Programa de Ajustamento

Anexo II: Correção dos Desequilíbrios Externos

PREFÁCIO

Neste documento, o Governo apresenta o programa de reformas atualmente em curso em prol do crescimento sustentável, assim como os seus compromissos tendo em vista a solidez das finanças públicas.

Apostamos nesta ambiciosa estratégia de médio prazo com convicção e credibilidade. Enfrentando adversidades e demonstrando determinação, Portugal conseguiu ultrapassar uma das mais profundas crises de que há memória recente no País.

Concluímos com sucesso um exigente programa de ajustamento, corrigimos desequilíbrios que persistiam há décadas e reformámos a nossa economia, embora ainda haja muito trabalho pela frente. E fizemo-lo apesar dos ventos muito adversos provenientes da crise económica global e dos mercados financeiros.

Os tempos difíceis passam, mas os países fortes perduram. Portugal foi determinado e soube reerguer-se.

O caminho não foi indolor. Quando começámos este processo, a nossa economia evidenciava um importante número de fragilidades que conduziām a dívida pública para um caminho de insustentabilidade. E as condições rigorosas adstritas ao financiamento oficial impuseram um processo de ajustamento difícil mas necessário para reganhar o pleno acesso a mercado.

Os Portugueses fizeram muitos sacrifícios e bem merecem um futuro mais próspero e mais estável.

Desse facto decorre um dever solene para este Governo e para os que lhe sucederem. O dever de fazer tudo o que estiver ao seu alcance para garantir que a história não se repita. O dever de assegurar que as gerações futuras sejam poupadas ao ciclo recorrente de reformas adiadas e de acumulação de dívida, que por sua vez conduzem a ajustamentos económicos sob imensa pressão.

E devemos prosseguir os esforços para garantir uma economia equitativa, equilibrada e dinâmica, geradora de emprego, e que privilegie a excelência e a inovação, mas

acompanhada por uma verdadeira rede de proteção social, sob a forma de um Estado social justo e eficiente.

As reformas institucionais e económicas levadas a cabo nos últimos três anos estão a quebrar este círculo vicioso e a criar uma economia mais equitativa.

Somos hoje um País diferente: temos instituições mais fortes, a nossa economia é mais competitiva, o sector público é mais sustentável.

Há, no entanto, ainda muito a fazer. Reformar é uma tarefa contínua; a disciplina orçamental uma responsabilidade diária.

E temos ideias novas para construir um futuro mais próspero.

A integração de Portugal na Europa foi durante muitos anos uma história bem-sucedida, marcada por um rápido crescimento e uma melhoria das condições de vida. Essa tendência foi, no entanto, interrompida por mais de uma década de estagnação económica.

Mas, depois de superar uma grave crise económica e cumprir um exigente programa de ajustamento, Portugal está, finalmente, de volta ao crescimento.

O desafio agora consiste em garantir que este novo ciclo de crescimento assente em alicerces mais sólidos e sustentáveis, que salvaguardem os esforços e os progressos realizados pelos Portugueses. O trabalho já desenvolvido e o programa de reformas em curso permitem-nos afirmar com segurança que este objetivo está a ser alcançado.

Neste documento apresentamos o nosso ambicioso caminho para o crescimento, e convidamos todos a contribuir e a comprometer-se com os seus objetivos.

Pedro Passos Coelho
Primeiro-Ministro de Portugal

INTRODUÇÃO

Portugal saiu a 17 de maio de 2014 do programa de ajustamento acordado com a UE/FMI. Nestes três últimos anos foram realizados progressos consideráveis graças ao esforço e à determinação dos Portugueses. No entanto, muito há ainda por fazer.

No âmbito dos compromissos decorrentes da moeda única, Portugal deve prosseguir o processo de consolidação orçamental e reduzir a sua dívida pública. E, embora Portugal esteja a regressar ao crescimento, é necessário manter o atual ritmo de reformas de forma a apoiar a retoma e aumentar os ganhos de competitividade entretanto alcançados.

Este documento descreve os principais compromissos assumidos pelo Governo e a respetiva estratégia de reformas para o futuro. Complementa o Documento de Estratégia Orçamental e o guião para a reforma do Estado (“Um Estado Melhor”) recentemente apresentados, assim como o Programa do Governo.

O documento está organizado da seguinte forma: a primeira secção aborda o que foi feito nos últimos três anos para corrigir os desequilíbrios da economia portuguesa e criar bases mais sólidas para o crescimento.

As três secções seguintes apresentam as linhas gerais do programa de reformas para os próximos anos, assente em três grandes pilares: 1) fomentar a competitividade; 2) promover o capital humano e o emprego; e 3) racionalizar o sector público.

A quinta secção recapitula as principais medidas que o Governo prevê executar nos próximos meses e a sexta apresenta uma síntese dos compromissos orçamentais.

CRIAR BASES SÓLIDAS PARA O CRESCIMENTO

ANTECEDENTES DA CRISE

A integração europeia de Portugal é uma história de progresso. Membro da EFTA - Associação Europeia de Comércio Livre (1960) e da União Europeia (1986), o País passou por um processo particularmente rápido de convergência económica com os países europeus, o que permitiu um aumento dos níveis de prosperidade e de bem-estar social.

Mais recentemente, a adesão ao euro constituiu uma importante conquista coletiva do povo português e das suas instituições, bem como um passo decisivo para o seu futuro.

Todavia, à semelhança de outros países, Portugal teve algumas dificuldades em adaptar-se à nova realidade, como demonstra a má afetação generalizada do investimento e a acumulação de desequilíbrios macroeconómicos. Daí resultou uma “década perdida” de estagnação económica.

A economia e as instituições portuguesas tiveram pouco tempo para se adaptar à acentuada queda das taxas de juros resultante da adesão ao euro. Elevados níveis de despesa e

deficiências no quadro regulamentar contribuíram para que o afluxo de capitais fosse, na sua maioria, cativado por sectores protegidos de bens e serviços não transacionáveis, com baixo retorno para a sociedade. Esta situação deveu-se de forma direta a uma despesa pública excessiva e, de forma indireta, a falhas regulatórias. Desde 2000, assistiu-se a uma tendência consistente de aumento da despesa pública acima do crescimento do PIB.

As baixas taxas de juros conduziram a um rápido aumento do endividamento público e privado, que atingiu níveis próximos do insustentável. Anos sucessivos de “défices gémeos” (das contas públicas e da balança corrente), bem como problemas de competitividade enfraqueceram a situação financeira do país.

Importa ainda notar que estes elevados níveis de endividamento ocultaram as persistentes fragilidades da economia, desincentivando a adoção das reformas estruturais necessárias.

As baixas taxas de juros também contribuíram para uma canalização excessiva do crédito para o consumo privado e para as importações e, deste

modo, para o grave desequilíbrio da balança corrente anteriormente referido.

A crise da dívida europeia acelerou a inevitável confrontação com a realidade económica. Em maio de 2011, Portugal assinou um programa de ajustamento, que requereu a correção dos desequilíbrios macroeconómicos e que foi encarado como uma oportunidade para executar as reformas necessárias.

Após quatro décadas de crescimento rápido e uma década de estagnação económica, o desafio consistia em regressar ao crescimento. Portugal respondeu de forma eficaz a este desafio.

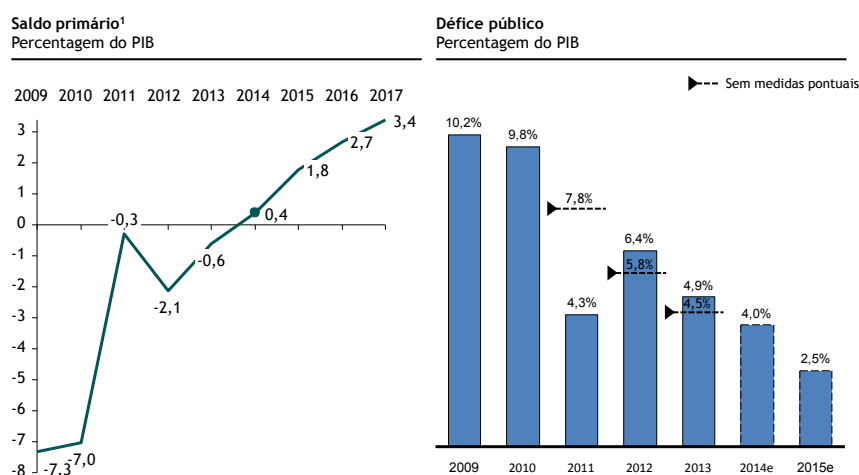
O PROGRAMA DE AJUSTAMENTO

O programa acordado com a União Europeia e o Fundo Monetário

Internacional assentava em três grandes domínios: garantir a consolidação orçamental, assegurar a estabilidade do sector financeiro e empreender reformas estruturais para promover o crescimento e a competitividade. Outro pilar fundamental do programa era a importância atribuída às reformas institucionais, a fim de preservar os progressos alcançados durante o programa.

Consolidação Orçamental

Em 2010, o défice atingia 9,8% do PIB. Em 2012, no segundo ano do programa, o saldo primário estrutural já apresentava valores positivos. Em 2014, Portugal está em vias de atingir um défice de 4%, prevendo-se ainda que registe um excedente primário, algo que não ocorria desde 1997.

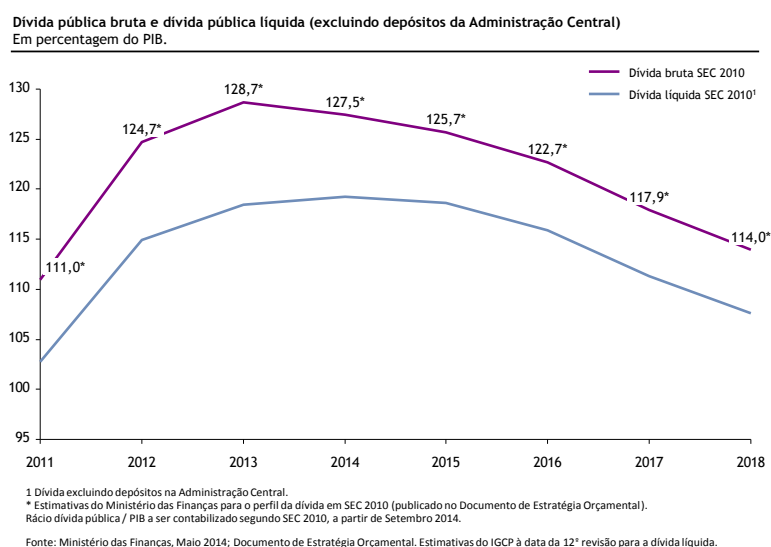


¹ Definido como a capacidade / necessidade líquida de financiamento, excluindo juros, em percentagem do PIB (fonte: AMECO)

Fonte: INE e Ministério das Finanças (Documento de Estratégia Orçamental), Maio 2014

Estes resultados foram alcançados graças a escolhas políticas difíceis mas necessárias, que implicaram a redução da despesa pública e aumentos da receita. No desenho das principais medidas houve sempre o cuidado de assegurar uma forte progressividade e proteger os segmentos mais desfavorecidos da população. Globalmente, entre 2011 e 2014, o ajustamento das contas públicas exigiu

medidas de consolidação no total de 26,5 mil milhões de euros, dos quais cerca de 55% recaíram do lado da despesa e os restantes do lado da receita. O sector público e, por conseguinte, o Estado Social são hoje mais sustentáveis, como demonstram as várias análises de sustentabilidade da dívida realizadas no âmbito do programa.



Assegurar a estabilidade do sector financeiro

O sector bancário português encontrava-se sob pressão no período imediatamente anterior à crise, apresentando elevados rácios de alavancagem e crescentes requisitos de capital. As medidas concretizadas em

colaboração com o Banco de Portugal tiveram por objetivo reforçar a regulação e a supervisão bancária, recapitalizar o sector com vista a cumprir os novos rácios prudenciais da União Europeia e rever o enquadramento legal da insolvência e

da reestruturação de dívidas de empresas.

Foi solicitado aos quatro maiores bancos portugueses que procedessem ao reforço dos seus níveis de capital, de forma a atingir um rácio *Core Tier One* mínimo de 10%, em conformidade com os novos requisitos de capital. Este objetivo foi cumprido, apresentando estas instituições, atualmente, um rácio superior a 12%, confortavelmente acima dos requisitos definidos.

Saliente-se que o reforço de capital destes bancos foi assegurado através de operações de mercado, bem como do recurso ao fundo de capitalização do sistema bancário previsto no Programa de Assistência Económica e Financeira.

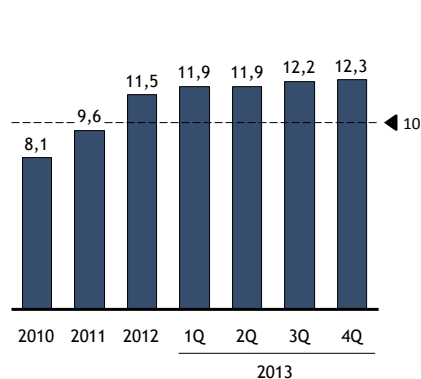
O rácio médio de crédito concedido/depósitos captados que, em 2010, atingia um valor recorde de cerca de 160%, registou uma redução para 120% em 2013.

Rácio crédito concedido / depósitos
Porcentagem



Está em curso uma desalavancagem ordenada, visível na redução do rácio crédito concedido / depósitos, que já é inferior ao limite de referência de 120%

Rácio Core Tier 1, Sistema Bancário Português
Porcentagem



O rácio Core Tier 1 encontra-se bem acima dos 10% definidos pelo Banco de Portugal

Fonte: Banco de Portugal, Março de 2014.

O sector bancário português está hoje em melhores condições para assegurar as necessidades de financiamento da economia, beneficiando ainda de um quadro regulamentar mais robusto e de uma supervisão reforçada. Durante a crise, os depósitos registaram um aumento constante, refletindo a

confiança dos depositantes no sistema bancário, sendo ainda de destacar o aumento da taxa de poupança das famílias portuguesas, que passou de um valor inferior a 6% em 2008 para 13,5% no terceiro trimestre de 2013.

Reformas estruturais para fomentar a competitividade

Só no âmbito do memorando do Programa de Assistência Económica e Financeira, o Governo executou mais de 450 importantes medidas, o que representa uma média de 3 medidas por semana. No entanto, foram concretizadas muitas outras reformas para além do programa.

Poucas áreas ficaram de fora desta agenda de reformas empreendida nos últimos três anos, começando pelas reformas nos mercados de trabalho e de bens e serviços, passando pelas medidas para melhorar o ambiente de negócios e promover a abertura da economia. Algumas medidas estão já a ter impacto positivo na economia e outras produzirão efeitos no médio prazo.

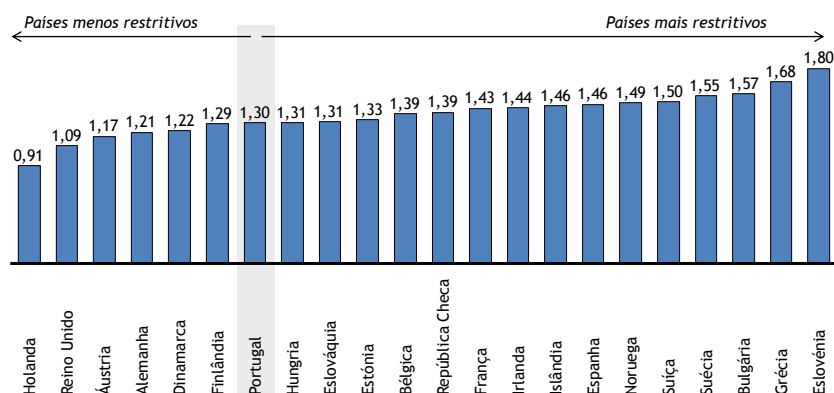
Um programa de reformas exige mecanismos de *feedback* e indicadores de desempenho que permitam avaliar se os objetivos definidos foram alcançados. Até ao final do ano, o Governo desenvolverá um quadro de referência para avaliar o impacto das reformas estruturais e proporá uma metodologia para identificar as prioridades de reforma estrutural.

Com o trabalho já realizado, as reformas em curso e as medidas que continuam a ser lançadas para apoiar

um crescimento sustentável, Portugal tem a ambição de criar um dos ambientes de negócios mais dinâmicos e atrativos da Europa.

Esta ambição está ao nosso alcance e os resultados começam a ser visíveis, tal como reconhecido pela análise independente da OCDE, que considera Portugal como um dos países com maior ímpeto reformista. As alterações ao Código do Trabalho permitiram reduzir significativamente a rigidez excessiva do mercado de trabalho português e combater a sua forte segmentação. Tal contribuiu para uma melhoria assinalável do índice *Employment Protection Legislation* da OCDE, no que diz respeito aos contratos individuais e coletivos, que passou de 3,5 em 2008 para 2,7 em 2013, um valor inferior ao registado por países como a Alemanha, a Bélgica e a França. Quanto às reformas no mercado de bens e serviços, o recentemente apresentado índice *Product Market Regulations*, também da OCDE, refere que Portugal é hoje a quinta economia menos restritiva da Zona Euro, a sétima da União Europeia. Portugal é, aliás, o segundo País que mais evoluiu neste índice entre 2008 e 2013.

Regulação do mercado do produto, índice OCDE 2013



Fonte: OCDE; Banco Mundial; SEAPM

As reformas em curso e as medidas a concretizar no futuro próximo, algumas das quais apresentadas neste documento, indicam que Portugal irá continuar a progredir neste domínio. Assim, a ambição de tornar Portugal num dos destinos de investimento mais atrativos da Europa é alcançável. Esta ambição é reforçada quando se considera o rápido crescimento do nível educacional da população ativa assim como os laços privilegiados que Portugal mantém com importantes mercados no continente americano e africano, nomeadamente com os países lusófonos.

Reforma institucional: a sustentabilidade do ajustamento

Uma das principais características do programa de ajustamento português foi

a importância atribuída às reformas institucionais, principalmente as que visavam a melhoria dos processos orçamentais.

Portugal sai do programa com instituições mais robustas e, por conseguinte, com menor probabilidade de cair novamente na armadilha dos desequilíbrios orçamentais.

As reformas levadas a cabo nesta área foram profundas e abrangentes. O Tratado Orçamental foi transposto para a ordem jurídica interna na sequência da aprovação na Assembleia da República da Lei do Enquadramento Orçamental. Esta contou com os votos favoráveis dos dois partidos que apoiam o Governo e do principal partido da oposição (ou seja, com os votos favoráveis de cerca de 90% dos

deputados). Isto significa que o caminho para o equilíbrio das finanças públicas e as políticas que depois sustentarão esse equilíbrio têm agora uma legitimidade reforçada, tanto do ponto de vista jurídico como do ponto de vista político.

Com a reforma do processo orçamental foi introduzido um quadro orçamental de médio prazo, incluindo limites de despesa vinculativos, uma avaliação dos riscos orçamentais, regras mais estritas de disciplina orçamental e metas que estão em plena conformidade com os requisitos europeus. As Leis das Finanças Locais e das Finanças Regionais foram alteradas, com o objetivo de garantir um maior controlo das transferências da Administração Central, reforçando a responsabilização e a transparência da despesa pública.

O Governo aprovou uma nova Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e transpôs para a ordem jurídica nacional a Diretiva europeia relativa aos Pagamentos em Atraso, procurando eliminar este persistente problema da gestão das contas públicas. O modelo

de governação e o sistema de acompanhamento do Sector Empresarial do Estado e das Parcerias Público-Privadas também foram melhorados e reforçados. Foram ainda concretizadas várias medidas do lado da receita visando combater a fraude e a evasão fiscal, cujos resultados são já visíveis.

Em 2011, foi criado o Conselho das Finanças Públicas, um órgão independente, com a missão de analisar de forma rigorosa e transparente as contas públicas, bem como a respetiva coerência com os compromissos assumidos.

Nos próximos meses continuarão a ser executadas medidas nesta área, mas graças ao trabalho já realizado, a probabilidade de desvios na execução orçamental é agora substancialmente menor. As contas públicas tornaram-se mais previsíveis e mais transparentes e os compromissos orçamentais viram a sua legitimidade reforçada do ponto de vista jurídico.

MANTER O RITMO DE REFORMAS

FOMENTAR A COMPETITIVIDADE

Com a saída de Portugal do programa, o principal objetivo de reforma é o reforço dos ganhos de competitividade até agora alcançados.

Estes ganhos foram conseguidos num contexto de grave recessão da economia mundial e numa altura em que o euro atingia valores historicamente elevados. Assim, o valor das exportações em percentagem do PIB, que antes da crise era inferior a 30%, subiu acima dos 40%, em 2013. O objetivo é aumentar o peso das exportações para, pelo menos, 52% do PIB até 2020 e continuar a aumentar este rácio a longo prazo. Trata-se de uma meta alcançável, se o ritmo das reformas se mantiver e na medida em que existe ainda uma ampla margem para melhorar a quota de mercado de Portugal nas exportações.

Embora a essência de uma economia competitiva resida na capacidade e criatividade das suas empresas e trabalhadores, os Governos podem contribuir para fomentar a competitividade através de reformas direcionadas e políticas públicas

adequadas, eliminando restrições injustificadas e garantindo condições equitativas de concorrência. Em todos os esforços desenvolvidos, importa ter em conta que uma competitividade verdadeiramente sustentável e promotora de bem-estar só é possível com um reforço dos ganhos na produtividade e não com um modelo económico baseado em salários baixos.

Perspetivas de aumento da competitividade

“Entre os 28 Estados-Membros, apenas 3 (Dinamarca, Espanha e Portugal) conseguiram alcançar, no período 2008-2013, uma taxa de crescimento da Produtividade Total dos Fatores superior à registada no período anterior à crise, mas prevê-se que só a Espanha e Portugal mantenham estes bons resultados em 2014 e 2015”. Previsões Económicas Europeias (Inverno 2014), Comissão Europeia.

O Programa de Reformas

Promover a competitividade requer uma atuação simultânea em vários domínios das políticas públicas.

Em primeiro lugar, um sólido QUADRO REGULATÓRIO é essencial para promover a concorrência e, por conseguinte, para o crescimento da produtividade e da inovação. Continua a ser importante eliminar as rendas excessivas e garantir preços justos nas indústrias de rede.

Em segundo lugar, um AMBIENTE DE NEGÓCIOS competitivo exige a eliminação de restrições excessivas e de barreiras burocráticas à atividade económica, assegurando que os custos de entrada e saída sejam tão baixos quanto possível em todos os sectores económicos.

Em terceiro lugar, um SISTEMA JUDICIAL eficiente e eficaz dá às empresas e trabalhadores a confiança necessária para desenvolver e expandir as suas atividades.

Em quarto lugar, o Estado deve garantir que os mecanismos de PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO são consentâneos com o objetivo de fomento da competitividade.

Em quinto lugar, as INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS devem ser adaptadas às necessidades de uma economia centrada nos bens e serviços transacionáveis e servir de motor de crescimento, sem onerar as contas públicas.

I. QUADRO REGULATÓRIO

Nos últimos três anos, houve uma melhoria significativa do quadro regulatório português, um fator essencial para fomentar a concorrência e abrir a economia. Após ter aprovado uma nova lei da concorrência, uma nova lei-quadro das entidades reguladoras e um novo tribunal de competência especializada para a concorrência, o Governo irá continuar a reforçar o ambiente regulatório, a fim de criar condições de concorrência verdadeiramente equitativas. Estas medidas são fundamentais para garantir que os preços nas indústrias de rede (que afetam os preços finais no sector transacionável) são justos e as rendas excessivas são eliminadas. O Governo apresenta um histórico de negociações bem-sucedidas com as principais indústrias de rede e está preparado para adoptar novas iniciativas em prol destes objetivos.

Entidades reguladoras

Na sequência da entrada em vigor da nova lei-quadro, o Governo está a proceder às necessárias adaptações dos estatutos das entidades reguladoras, nomeadamente, da Autoridade da Concorrência e das entidades reguladoras dos vários sectores. O objetivo é reforçar a independência e eficácia das entidades reguladoras, bem como a sua maior responsabilização.

Quando este processo estiver concluído, as autoridades reguladoras disporão de mais recursos financeiros, bem como de maior autonomia e poderes mais amplos. Os estatutos da maioria das entidades reguladoras deverão ser brevemente aprovados pela Assembleia da República, prevendo-se que entrem em vigor até ao final de setembro de 2014.

Energia

A energia é uma componente importante na produção da maioria dos bens económicos, o que significa que o seu preço tem impacto na competitividade global da economia. Durante muitos anos, os preços da energia cobrados aos consumidores não refletiram os aumentos dos respetivos custos de produção, ou os níveis de subsidiação das energias renováveis, os subsídios para aumento da capacidade, assim como outros custos de políticas energéticas. Desta forma, à semelhança do que ocorreu noutros países, acumulou-se uma importante dívida tarifária, que está agora a criar pressões sobre os preços da energia, prejudicando a competitividade das empresas portuguesas.

O Governo irá prosseguir a execução das medidas já definidas para eliminar a dívida tarifária até 2020. Foram ainda aprovados dois pacotes de medidas negociadas com os produtores, que

preveem a eliminação das rendas económicas e consideradas adequadas para eliminar a dívida tarifária até 2020. Note-se ainda que estas medidas contribuirão para estabilizar os aumentos anuais de preços em termos reais em cerca de 1,5% a 2%. O primeiro pacote de medidas totaliza 2,1 mil milhões de euros de reduções e o segundo 1,4 mil milhões de euros. A contribuição extraordinária sobre o sector energético introduzida em 2014 manter-se-á em 2015, garantindo uma receita acumulada de cerca de 300 milhões de euros dos quais 100 milhões contribuirão para a redução da dívida tarifária.

Nos próximos meses, o Governo continuará a acompanhar de perto a evolução da dívida tarifária, mantendo o objetivo de o eliminar até 2020 e minimizar os aumentos de preço. O Governo está a lançar um conjunto de medidas por forma a assegurar a competitividade da indústria e a inclusão social. Uma nova tarifa social da eletricidade irá reduzir em cerca de 34% o respetivo preço final para cerca de 500.000 consumidores;; os retalhistas de combustível passarão a ser obrigados a divulgar informação sobre a composição do combustível vendido; será fixado um preço de referência para o gás de botija; e os contratos de gás da Transgás serão revistos, com vista a

refletir um equilíbrio de vantagens para o Sistema Nacional de Gás Natural.

O sector da energia representa também uma excelente oportunidade para o desenvolvimento de novos projetos, novos negócios, bem como de criação de emprego, por exemplo, na área das energias renováveis, das cidades sustentáveis, da eficiência energética e das redes inteligentes. Portugal oferece um ambiente particularmente favorável ao investimento onde ocupa já uma posição de relevo no sector das energias renováveis. Portugal continuará ainda a encorajar as instituições europeias a adotar as 4 metas das *Políticas de Clima e Energia, a nível da UE para 2030*, incluindo: metas vinculativas de redução de emissões de gases de efeito estufa, para as energias renováveis, de eficiência energética e nível mínimo de interconexões para as redes de gás e de eletricidade. O Governo irá também desenvolver um ambicioso conjunto de mecanismos financeiros e de mercado na área da energia, apoiados pelos novos fundos estruturais da UE, para promover uma maior eficiência energética e o uso de veículos elétricos.

Telecomunicações

O sector das telecomunicações tem também um importante papel a desempenhar numa economia competitiva. A sua natureza capital-intensiva, bem como outras barreiras à

entrada tendem a limitar a concorrência no sector, o que reforça a importância de um quadro regulatório eficiente para garantir que o sector seja um motor de competitividade global da economia e não um obstáculo.

Portugal posiciona-se muito à frente da média europeia no que se refere à cobertura de serviços em quase todas as tecnologias de banda larga. De acordo com os dados disponíveis mais recentes, a cobertura de serviços de acesso rápida de banda larga (NGA)¹ chega a cerca de 78% das famílias. A adesão à banda larga tem vindo a aumentar, juntamente com a proliferação de serviços *multi-play*. Em 2012, na sequência do leilão para a atribuição de novas frequências de espectro, foram lançados no mercado os serviços 4G/LTE. Os preços dos serviços de comunicação têm vindo a descender, sendo inferiores à média da OCDE para quase todos os serviços.

Durante o programa de ajustamento foi revisto o quadro regulamentar das telecomunicações, o que contribuiu para a redução das barreiras à entrada de novos operadores e de serviços de telecomunicações transfronteiriços, bem como para o reforço do papel da entidade reguladora independente. Foi lançado um novo concurso para a designação do(s) prestador(es) do serviço universal, em conformidade com

¹ *Next Generation Access* – acesso de alta velocidade à Internet (3G e 4G)

os requisitos da legislação europeia, que foi concluído no final de 2013. Não foram apresentadas quaisquer propostas relativamente a um dos serviços, o serviço de disponibilização de uma lista telefónica e serviço completo de informações de listas, tendo sido celebrado um contrato por um período limitado com o anterior prestador do serviço universal, no âmbito de um procedimento por ajuste direto. Nos próximos meses, o Governo e a entidade reguladora independente irão reavaliar a necessidade de continuar a assegurar este serviço e, se necessário, alterarão as condições do concurso para o tornar mais atrativo.

Foram tomadas medidas decisivas para reduzir em 80% as taxas de terminação móvel, cujo valor passou de 6,5 cêntimos por minuto, para 1,27 cêntimos por minuto, em 3 anos (entre 2010 e o final de 2012), tornando Portugal num dos países mais competitivos da UE neste indicador. Por sua vez, as taxas de terminação fixa foram também reduzidas. A entidade reguladora continuará a monitorizar o sector, a fim de avaliar a necessidade de adotar as medidas que se revelem necessárias.

II. AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Portugal tem a ambição de criar um dos ambientes de investimento mais

atrativos da Europa. Durante o programa de ajustamento, foram concretizadas dezenas de medidas, algumas desenvolvidas a partir do importante trabalho realizado por Governos anteriores. De acordo com a última avaliação da OCDE da regulamentação do mercado de bens e serviços, Portugal já é uma das economias menos restritivas da Europa. Foram eliminados ou simplificados requisitos de licenciamento e encargos administrativos e liberalizada a prestação de serviços e o acesso a profissões. Há, no entanto, ainda muito a fazer.

Licenciamento e Entraves Burocráticos

A regulamentação e as licenças são instrumentos-chave para garantir que as empresas, na prossecução dos seus objectivos, respeitam o interesse e segurança públicos. Todavia, os Estados modernos, mesmo que de forma bem-intencionada, tendem a acumular com o tempo um número excessivo de procedimentos e exigências burocráticas. Por conseguinte, torna-se importante desenvolver a capacidade para monitorizar e, consoante o caso, alterar ou eliminar os procedimentos administrativos.

Neste contexto, o Governo lançou duas medidas importantes. A primeira foi a

inventariação dos entraves burocráticos que mais onerem a atividade económica, com o objetivo de reduzir a regulamentação adotada ao longo das últimas décadas. Quando este processo estiver concluído, o Governo poderá proceder a uma avaliação individualizada e optar pela eliminação ou simplificação da regulamentação em questão, tornando-a desta forma menos onerosa. A segunda medida é o estabelecimento da regra da comporta regulatória (*one in, one out*), semelhante à executada com sucesso no Reino Unido, a fim de controlar o fluxo de nova regulamentação. Esta regra já foi aprovada pelo Conselho de Ministros, devendo entrar em vigor até ao final de agosto de 2014. De acordo com esta regra, os serviços que procedam à aprovação de atos normativos que criem custos para as empresas, são obrigados à eliminação de um ou mais atos normativos que tenham um custo equivalente.

Outra medida importante, que será concretizada nos próximos meses, contribuirá para incentivar o princípio “Digital por Regra” na administração pública e a migração da maioria das interações entre os cidadãos e os serviços públicos para plataformas informáticas. Portugal tem já uma percentagem muito elevada de serviços públicos electrónicos, o que contribui para uma maior eficiência das interações

com os cidadãos. No entanto, as taxas de utilização são ainda baixas, pelo facto de um ainda grande segmento da população sentir dificuldades na utilização destes meios. A nova medida visa dar resposta a este problema, prevendo um plano para a criação de mais de 1000 pontos de atendimento digital assistido nos municípios e em edifícios públicos, em todo o território nacional. Nestes espaços de atendimento digital, os cidadãos e os agentes económicos poderão interagir e tratar de um número de assuntos, beneficiando da ajuda de pessoal especializado. Estas e outras medidas contribuirão para uma interação mais eficiente e tempestiva entre os cidadãos e as empresas e o Estado, com uma redução dos custos para todos.

Uma importante característica deste programa de reformas é o grau de consenso político em torno destes objetivos e destas políticas, que assegura um ambiente regulatório estável para o período que se avizinha. Quando esteve no Governo, o principal partido da oposição lançou algumas medidas importantes nesta área, tendo apoiado juntamente com os partidos da atual maioria, uma Resolução da Assembleia da República que recomenda a concretização de um “programa nacional, global e integrado de modernização e simplificação administrativas”.

Na área do licenciamento industrial, foi lançada uma ambiciosa reforma, designada “Sistema da Indústria Responsável”, que permite reduzir os entraves burocráticos para os investidores que desejem obter uma licença. O Governo está ainda empenhado em simplificar o regime de acesso de diversas atividades, designadamente através do alargamento do âmbito de atividades sujeitas a simples processo de comunicação e da otimização do “Balcão do Empreendedor”, um ponto de acesso digital único para tratar de todas as formalidades necessárias ao exercício de uma atividade económica.

O Governo lançou também o programa “Licenciamento Zero” um procedimento *on-line* que simplifica o exercício de pequenas atividades de comércio através da eliminação de requisitos no licenciamento, autorizações, validações, certificações e registos. É de salientar que esta iniciativa foi recentemente distinguida com o Prémio Europeu para a Inovação na Administração Pública.

Observa-se ainda um processo intenso de promoção do investimento no sector agrícola, agroindustrial e florestas que tem manifestado uma forte dinâmica exportadora, com acréscimo relevante de valor e criação de emprego.

Ordenamento do Território

A recente adoção da nova Lei de Bases da Política de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo representa uma importante reforma estrutural para simplificar e agilizar o funcionamento do sistema de planeamento. Pela primeira vez em Portugal, foi agregada num único diploma toda a legislação sobre esta matéria. O sistema de planeamento será integrado nos planos territoriais de âmbito local, que passam a ser os únicos instrumentos vinculativos dos particulares e promotores. A lei visa ainda recentrar o papel do Estado no processo de planeamento, introduzindo uma maior simplificação de procedimentos e reforçando a supervisão. Neste contexto, será desenvolvido um novo regime económico com o objetivo de evitar um aumento irracional dos perímetros urbanos e promover a sustentabilidade e a solidez económica e financeira das opções de planeamento e a aposta na reabilitação urbana.

Nos próximos meses, o Governo irá proceder à revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) e do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), a fim de refletir as principais alterações introduzidas na Lei de Bases da Política de Solos e harmonizá-los com o novo regime de Licenciamento Industrial.

Considerando o elevado impacto que as alterações climáticas podem vir a ter em

Portugal, afigura-se essencial desenvolver um programa-quadro de proteção da costa portuguesa, no âmbito da revisão da Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira. O Governo reativou o plano de ação para a gestão da zona costeira, prevendo investir cerca de 300 milhões de euros para reforçar a resiliência e a competitividade da zona costeira.

Diretiva de serviços

O sector dos serviços é responsável por cerca de 2/3 da economia portuguesa. As medidas para liberalizar e simplificar os procedimentos no sector dos serviços são fundamentais para reforçar a produtividade e, por conseguinte, a competitividade. Portugal está prestes a completar a transposição da Diretiva de Serviços, uma iniciativa da Comissão Europeia visando criar um verdadeiro mercado interno de serviços na União Europeia. Durante o programa de ajustamento, o Governo aprovou quase 70 diplomas na área dos serviços que foram revistos de forma a adequá-los às novas exigências. Assim, atualmente, praticamente todos os serviços beneficiam de um ambiente de negócios mais favorável, com menos burocracia, menos barreiras à entrada e custos regulatórios mais baixos.

Ainda neste âmbito, o Governo alterou recentemente o regime jurídico de atividades de comércio, serviços e

restauração, simplificando o acesso a estas atividades, consolidando num só diploma a legislação dispersa existente e eliminando o pagamento de várias taxas.

O Governo irá prosseguir o trabalho nesta área. Uma vez que a transposição da Diretiva de Serviços já está em grande parte concluída, é agora essencial acompanhar a sua eficácia na economia real e fazer os ajustamentos que se revelem necessários.

Turismo

O sector do turismo representa cerca de 14% das exportações portuguesas. Para manter este desempenho positivo é necessário dar continuidade aos atuais níveis de crescimento do número de turistas e de receitas. Tal apenas poderá ser alcançado através de um aumento da competitividade do sector. Com vista a atingir esse objectivo, o Governo está a seguir uma estratégia com três vectores principais: menos regulação; maior acesso ao financiamento; revisão estrutural dos destinatários do marketing do sector. Esta estratégia possibilitará a diversificação dos mercados-alvo e uma resposta mais eficaz à procura desses mesmos mercados. Para que estas mudanças se concretizem, o ambiente de investimento deverá também dar resposta às necessidades de financiamento dos agentes no mercado.

Acesso às profissões

O Governo empreendeu um conjunto de ações para desregulamentar as profissões e eliminar restrições excessivas impostas pelas associações públicas profissionais. Embora tenham um papel importante na garantia da qualidade do serviço e dos padrões éticos, estas associações podem também gerar restrições excessivas. O novo regime jurídico das associações públicas profissionais, aprovado em 2013, estabelece requisitos e regras mais razoáveis aplicáveis a 18 profissões de relevo de interesse económico (como médicos, advogados e engenheiros). Destacam-se períodos de estágio mais curtos e a realização de menos exames de aferição, entre outras alterações introduzidas para reduzir as restrições ao acesso a estas profissões. Embora o diploma que consagra estas alterações já esteja em vigor, nos próximos meses, o Governo terá ainda que proceder à harmonização dos estatutos das associações com as disposições do novo regime. Foram já tomadas medidas nesse sentido, incluindo a elaboração de propostas-de lei de alteração dos estatutos e a abertura de negociações bilaterais com as associações profissionais. Prevê-se que este processo fique concluído até ao final de 2014.

III. SISTEMA JUDICIAL

O sistema de justiça português era apontado como um dos grandes obstáculos ao crescimento económico, razão pela qual foi alvo de profunda reforma nos últimos anos. Um sistema judicial eficaz é fundamental para o bom funcionamento e competitividade da economia. Em Portugal, a duração média dos processos judiciais era muito superior à de países comparáveis. Entre as causas de morosidade dos processos destacam-se o formalismo dos procedimentos judiciais e práticas antiquadas de gestão dos tribunais.

Com a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil, foram reforçados os poderes dos juízes na gestão dos processos, sendo-lhes atribuída maior responsabilidade pelos atrasos processuais. A nova organização do sistema judiciário contribuiu para a racionalização do mapa judiciário, criação de novos tribunais de competência especializada e reorganização do funcionamento interno dos tribunais, libertando os juízes de várias tarefas administrativas de forma a poderem concentrar-se nas suas funções de julgar.

As reformas do sistema judiciário demoram algum tempo para produzir todos os seus efeitos, na medida em que requerem profundas mudanças nas práticas culturais. Mas a maioria das reformas previstas já foi executada,

tendo sido, aliás, o primeiro capítulo do programa de ajustamento a ser concluído antes do prazo previsto. O objetivo agora é identificar um conjunto mais alargado de indicadores quantitativos para avaliar o impacto das reformas e introduzir as alterações que se revelem necessárias. Entre as mais importantes reformas levadas a cabo recentemente que requerem um acompanhamento atento destacam-se: o Código de Processo Civil; as ações executivas (uma das principais causas de atrasos nos processos judiciais), os mecanismos de resolução extra-judiciais; os julgados de paz e o Código da Insolvência. Para além deste trabalho de acompanhamento, o Governo irá prosseguir um conjunto de novas medidas, entre as quais se destacam algumas abaixo descritas.

Novo Código do Procedimento Administrativo

O Código do Procedimento Administrativo regula as relações entre a Administração pública e os cidadãos e as empresas. Na sua versão anterior, este código representava um entrave à atividade económica, devido principalmente aos atrasos no processo decisório.

Com o novo código, o Governo cria as denominadas “conferências procedimentais” que reúnem à volta da mesma mesa as várias entidades

públicas envolvidas num processo administrativo. O objetivo é garantir a celeridade do processo de decisão administrativa. Nesse sentido, o novo código também prevê a possibilidade de comunicação electrónica entre as partes. O processo de revisão e aprovação do novo Código está em curso, estando prevista a sua aprovação até ao final do ano.

Plano de Organização Judiciária

O objetivo deste plano é racionalizar o mapa judiciário e aumentar a eficiência e responsabilização do sistema judiciário. O plano já foi apresentado. A sua concretização efetiva é o desafio para os próximos meses. Um total de 20 tribunais será encerrado e haverá novos tribunais especializados. Os tribunais terão uma nova estrutura de gestão apoiada por um conjunto de indicadores de desempenho, com vista a avaliar a eficiência dos procedimentos.

Sistemas de Informação do Sistema Judiciário

O Governo está a elaborar um caderno de encargos visando a reformulação dos sistemas de informação utilizados nos tribunais. O concurso público internacional será lançado até novembro de 2014. Ainda nesta área, o Governo está a criar um novo sistema de informação dos Registos e irá desenvolver, até ao final do ano, o novo

portal da Justiça, um recurso centralizado para a partilha segura de informação entre os vários operadores judiciários.

IV. PROMOÇÃO DO INVESTIMENTO

A atual retoma da economia portuguesa, requiere investimento nos sectores produtivos, em particular para incrementar o peso das exportações no PIB português. O investimento deve sustentar os ganhos de competitividade entretanto obtidos. Durante muitos anos, sectores protegidos de bens não transacionáveis, alguns beneficiados por rendas excessivas, absorveram a maior parte do investimento, incluindo o investimento direto estrangeiro. Houve uma deficiente afectação do capital, agravada pelo aumento da despesa pública e o investimento em grandes projetos de obras públicas.

Embora o sector privado seja o principal motor das decisões de investimento, o Estado pode contribuir, ainda que de forma limitada, para colmatar as falhas de mercado, eliminando distorções e criando incentivos adequados. Além disso, a fragmentação financeira constitui uma desvantagem para as empresas portuguesas, com impacto na sua competitividade, razão pela qual o Governo tem vindo a defender a União Bancária e a colaborar com os parceiros europeus para acelerar a sua concretização.

A intervenção pública na criação de um ambiente favorável ao investimento deve ser disciplinada, resistindo à tentação de apostar em empresas ou sectores específicos. O Estado deve ser neutro e garantir a todos as mesmas oportunidades. A disciplina de mercado e um ambiente concorrencial, que regra gera caracterizam os sectores transacionáveis, devem ser elementos-chave dos programas públicos.

A fim de acompanhar e promover a eficiência e a rapidez na concretização dos programas de investimento, o Governo criou o Conselho Estratégico para a Internacionalização da Economia, onde as principais organizações empresariais debatem com o Governo as execução de reformas estruturais, a Reunião de Coordenação dos Assuntos Económicos e do Investimento, a Comissão Permanente de Apoio ao Investidor.

Reforma do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)

Em 2013, o Governo apresentou um plano para reduzir a taxa de IRC, simplificar procedimentos e criar melhores incentivos ao investimento. A taxa de IRC irá descer progressivamente de 25% para 23% já em 2014, prevendo-se, em princípio, que desça para 17% em 2018. É ainda de salientar a concretização já este ano de uma medida central desta reforma: as PME passam a

beneficiar de uma taxa reduzida de 17% sobre os primeiros 15.000 euros de matéria coletável. Para simplificar as obrigações declarativas e reduzir custos, o Governo criou ainda um regime simplificado para as empresas com faturação anual até 200 mil euros e ativos inferiores a 500.000 euros. É também de notar o alargamento do prazo de reporte de prejuízos fiscais de 5 para 12 anos, contribuindo para incentivar as decisões de investimento. Os investidores estrangeiros que detenham mais de 5% do capital poderão beneficiar de um sistema de isenção de tributação muito competitivo. Por último, é de destacar um regime mais favorável de amortização do *goodwill*, a fim de facilitar as fusões e aquisições e um crédito de impostos que pode ascender a 20% da coleta de IRC. Na mesma linha, foi estabelecida uma comissão para reforma do IRS.

No âmbito da reforma do IRC o Governo reviu a estratégia de política fiscal internacional, incluindo o reforço e consolidação das Convenções para evitar a Dupla Tributação. Esta rede de Convenções é essencial na estratégia de internacionalização e de atração de investimento estrangeiro em Portugal. Desde maio de 2011, entraram em vigor, fora assinadas ou foram concluídos os processos negociais de 26 Convenções. O Governo comprometeu-se a duplicar

o número de Convenções em vigor (50 em maio de 2011) até o final do seu mandato, com vista a trazer estabilidade aos investidores e reforçar o novo ciclo de crescimento económico.

Facilitar o acesso ao financiamento

O Governo está atualmente a executar vários instrumentos de melhoria do acesso das empresas ao financiamento. Tal é importante num contexto de ainda elevados custos de financiamento para a generalidade das empresas. Nesse sentido, foram lançadas várias linhas de crédito no valor total de 5 mil milhões de euros. As empresas portuguesas já utilizaram cerca de 2 mil milhões de euros deste montante, estando ainda disponíveis 2,5 mil milhões de euros, e 500 milhões de euros estão ainda em execução (*Caixa Capitalização*).

Paralelamente, o Governo criou novos mecanismos para favorecer a criação de empresas, incluindo linhas de crédito específicas no total de cerca de 100 milhões de euros. Por último, destacam-se três fundos enquadrados num novo programa público intitulado “Revitalizar”, visando o investimento na reestruturação de empresas portuguesas. A dotação financeira pública inicial de 220 milhões de euros é complementada por fundos privados de instituições financeiras.

Quadro Financeiro 2014-2020

No âmbito do novo quadro para os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, o montante de financiamento disponível através de instrumentos financeiros de dívida para as PME duplicou relativamente ao quadro anterior (2007-2013), o que se reveste de particular relevância num País no qual as condições de financiamento continuam a ser difíceis. O Acordo de Parceria que estabelece as novas linhas gerais de aplicação dos fundos foi apresentado à Comissão Europeia em janeiro de 2014 e será operacionalizado ao longo deste ano, prevendo-se que produza um impacto significativo até 2020 e nos anos seguintes.

Instituição Financeira de Desenvolvimento

O Governo aprovou recentemente a criação de uma Instituição Financeira de Desenvolvimento com o objetivo de centralizar e simplificar a atribuição e gestão dos fundos estruturais da UE, de carácter reembolsável, dirigidos às PMEs durante o período 2014-2020. A Instituição Financeira de Desenvolvimento tem por objetivos: o apoio à concretização das políticas públicas de promoção do crescimento e emprego, em conformidade com a Estratégia Europa 2020; o desempenho das funções de gestão “grossista” de instrumentos financeiros públicos de

estímulo ao investimento empresarial em bens e serviços transacionáveis; o exercício de funções de apoio técnico sobre modelos de financiamento público na promoção da competitividade e da internacionalização; e colmatar as falhas de mercado no financiamento das PME, preferencialmente, ao nível da capitalização, e de financiamento de longo prazo da atividade produtiva, assumindo uma importante função anti-cíclica. A Instituição Financeira de Desenvolvimento deverá entrar em funcionamento até ao final de 2014.

Resolução do Problema do Endividamento das Empresas

O nível de endividamento das empresas portuguesas é muito elevado em comparação com os outros países da Zona Euro. Diversos ministérios, em conjunto com o Banco de Portugal, estão a desenvolver esforços conjuntos no sentido de resolver este problema, através da criação de novos mecanismos de controlo e do aperfeiçoamento dos já existentes, tendo em vista a celeridade dos processos de reestruturação e a promoção de acordos com os credores.

O *Plano Estratégico para a Reestruturação de Dívidas das Empresas*, que está a ser ultimado, incide sobre quatro áreas principais: o desenvolvimento pelo Banco de Portugal de um sistema de alerta precoce, a operacionalizar este ano, com o objetivo de reforçar o

controlo e o acompanhamento pelas Autoridades Portuguesas das empresas potencialmente em risco; a recapitalização de sociedades não-financeiras que apresentem risco sistémico e novo financiamento para apoiar empresas viáveis em processo de reestruturação; a promoção de acordos extrajudiciais uniformizados para as PME e de acordos entre credores nos casos de reestruturação de dívidas de empresas de maior dimensão; finalmente, o Governo está a ponderar o aperfeiçoamento do enquadramento legal da reestruturação de dívidas das empresas.

Crescimento verde

A preservação dos recursos naturais e a promoção do bem-estar e da equidade intergeracional requerem investimentos seletivos na economia verde, ecoeficiência e tecnologias limpas, assim como uma utilização eficiente dos recursos naturais (energia, biodiversidade, água, oceanos, agricultura e florestas). O investimento na economia verde representa também uma oportunidade de fomentar o crescimento económico e a criação de emprego, e de reduzir a dívida externa gerada pelas importações de matérias-primas e energia de combustíveis fósseis.

Portugal tem infraestruturas, recursos naturais e capacidade empreendedora

para competir a nível mundial na área da economia verde. O Governo irá aprovar um *Plano de Ação para o Crescimento Verde*, de longo prazo, estabelecendo metas para 2020 e 2030. E concretizará a *Reforma da Fiscalidade Verde* (com base no trabalho ainda em curso de uma comissão interministerial criada pelo Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia e Ministério das Finanças).

Estratégia Nacional para o Mar

Portugal possui um dos mais vastos espaços marítimos do mundo, o que constitui uma excelente oportunidade para o crescimento da economia. Nesse sentido, Portugal aprovou recentemente a *Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020*. O objetivo é cumprir o potencial económico deste sector, proteger os recursos naturais e promover o progresso do conhecimento científico. Uma das metas mais ambiciosas é a de aumentar a contribuição do sector para o PIB em 50% até 2020 (atualmente representa cerca de 2% do PIB Português). Este objectivo deverá ser alcançado através da criação de um ambiente de negócios mais favorável para o sector, o que por sua vez favorecerá a criação de emprego. Portugal foi inovador com a recente aprovação da Lei de Bases de Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo, que cria as condições para um ambiente de negócios simples, estável e

previsível, capaz de favorecer o investimento privado no Mar. A estratégia nacional integra igualmente as prioridades europeias para o sector, a energia azul, a aquacultura, o turismo marítimo costeiro e de cruzeiros, os recursos minerais marinhos e a biotecnologia azul. A fim de executar com sucesso a estratégia, o Governo irá lançar um *roadshow* internacional em junho de 2014 com o objetivo de atrair investidores estrangeiros.

Outras Iniciativas

O Governo lançou o *Programa de Autorização de Residência para Atividade de Investimento*, destinado aos investidores que satisfaçam um dos seguintes requisitos: transferência de capitais no montante igual ou superior a 1 milhão de euros; criação de pelo menos 10 postos de trabalho; ou a aquisição de bens imóveis de valor igual ou superior a 500 mil euros. É expectável que a recente e bem-sucedida reforma da legislação no mercado do arrendamento e reabilitação urbana traga um maior dinamismo ao sector, facilitando ainda a mobilidade laboral e promovendo novas oportunidades de investimento, nomeadamente no mercado da reabilitação urbana. O Governo está ainda empenhado na intensa promoção externa de Portugal e na melhor utilização da rede externa do País – embaixadas, consulados, AICEP Portugal Global (Agência para o

Investimento e Comércio Externo de Portugal) e Turismo de Portugal – promovendo *roadshows* para captação de investimento nos mercados internacionais. Esta iniciativa já permitiu a captação de investimento direto estrangeiro num valor global de cerca de 500 milhões de euros.

V. INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS

Uma adequada rede de infraestruturas públicas pode ser um fator-chave para uma economia dinâmica. Uma rede de transportes abrangente contribui para a criação de cadeias de valor complexas e multiplica as oportunidades de negócio; e, se for eficiente, reduz os custos económicos, fomentando assim a competitividade. Nas últimas décadas, Portugal realizou grandes investimentos em infraestruturas, o que resultou num excesso de oferta e contribuiu para onerar substancialmente o Orçamento do Estado e, em particular, a dívida pública. Nos últimos anos, uma importante reestruturação das empresas públicas de transportes permitiu reduzir os custos e aumentar as receitas, processo que deverá prosseguir nos próximos anos em virtude do ainda elevado endividamento destas empresas.

Dispondo atualmente de infraestruturas adequadas, Portugal não deve

concentrar-se em grandes projetos mas antes na obtenção de melhorias marginais e em investimentos que beneficiem diretamente o sector de bens e serviços transacionáveis. Portos e ferrovia são claramente áreas onde políticas públicas eficazes podem promover reduções de custos para os exportadores e fomentar o comércio de bens e serviços.

Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas

O Governo aprovou recentemente o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (2014-2020), do qual constam também as conclusões, recentemente apresentadas, do Grupo de Trabalho para as Infraestruturas de Elevado Valor Acrescentado (IEVA), que elaborou uma lista dos investimentos públicos prioritários. Os novos investimentos terão de contribuir para o aumento da competitividade, designadamente através da redução dos custos das transações para as empresas exportadoras. Este novo plano parte de uma situação financeira mais favorável em resultado dos consideráveis esforços empreendidos para reduzir os custos e aumentar as receitas durante o período de assistência financeira. Apesar do ainda elevado nível endividamento, no seu conjunto, as empresas públicas de transporte já atingiram o equilíbrio operacional.

Considerando a situação geográfica periférica de Portugal, é fundamental melhorar as ligações com o centro da Europa no âmbito da Rede Transeuropeia de Transportes financiada por fundos comunitários. Nesse sentido, o Governo irá dar prioridade ao investimento em infraestruturas no sector dos transportes (ferroviário, marítimo-portuário, rodoviário e aeroportuário) e, principalmente, à rede ferroviária, que representará 43% do investimento total e 75% do investimento proveniente diretamente do Orçamento do Estado. Como segunda prioridade surge o sector marítimo-portuário, que é da maior relevância para a competitividade das exportações. Como o País já é dotado de uma extensa rede rodoviária, o investimento nesta área será limitado e circunscrito às redes rodoviárias locais.

Portos

O sector portuário é de particular relevância para uma economia cada vez mais orientada para o sector de bens e serviços transacionáveis. O Governo executou um conjunto de medidas para reduzir os preços e aumentar a eficiência do sector. Visa-se principalmente reduzir os custos portuários em cerca de 25% em relação a 2010, com a finalidade de baixar os custos das exportações portuguesas, tornando-as assim mais competitivas. Em primeiro lugar, o enquadramento regulamentar foi

melhorado com o objetivo de reforçar a autonomia e a capacidade dos portos. Em segundo lugar, a aprovação em 2013 do novo Regime Jurídico do Trabalho Portuário veio permitir uma maior flexibilidade na gestão dos recursos humanos. Em terceiro lugar, o Governo reduziu gradualmente a "TUP-Carga" (tarifa de utilização portuária), acabando por eliminá-la em 2014, e congelando os valores das outras taxas portuárias. O Governo irá prosseguir a sua política de redução preços, principalmente através da renegociação dos contratos de concessão de terminais portuários. Este será o principal objetivo do trabalho a desenvolver nos próximos meses. Em abril de 2014, foi nomeada uma comissão de negociação que já iniciou conversações com os concessionários portuários com vista a obter melhores condições para as empresas exportadoras.

Sector da água

Os grandes investimentos realizados nas duas últimas décadas permitiram alcançar progressos importantes no sector da água em Portugal, dotando o País de uma vasta rede de infraestruturas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais, atingindo uma taxa de cobertura da população, respetivamente, de 95% e 81% em 2011. Portugal tem uma posição de liderança neste domínio graças ao conhecimento

tecnológico e à competência dos recursos humanos do sector. A título de exemplo, Lisboa foi recentemente classificada entre as 10 melhores cidades a nível mundial em termos de redução de perdas de água nas redes de distribuição da EPAL.

Não obstante os progressos registados, o Governo continua empenhado na promoção da sustentabilidade económica e financeira do sector. Nesse sentido, está em curso a elaboração de uma nova estratégia para os próximos anos (PENSAAR 2020), que prevê a transição de uma modelo focado na construção de infraestruturas para um modelo de gestão de ativos. O objetivo é a melhoria da gestão dos ativos e recursos, de forma a melhorar a qualidade dos serviços. O Governo pretende ainda reorganizar e reestruturar o sector da água através da agregação dos dezasseis sistemas multimunicipais existentes em três novos sistemas de maior dimensão e através da integração dos sistemas municipais.

Conclusão do Programa de Privatizações

Uma das vertentes mais bem-sucedidas do Programa de Assistência Económica e Financeira foi o plano de privatizações, que superou amplamente o objetivo de receitas inicialmente fixado em 5,5 mil milhões de euros. No entanto, o Governo está ainda a

considerar a privatização da transportadora aérea nacional TAP Portugal e da operadora de transporte ferroviário de mercadorias CP Carga, operações que apenas avançam se as condições de mercado forem favoráveis e se a venda satisfizer os requisitos

estabelecidos. Paralelamente, o Governo lançou um concurso público para a privatização da EGF, o principal operador de gestão de resíduos urbanos em Portugal, estando ainda a ultimar o processo de concessão dos serviços de transporte público em Lisboa e no Porto.

MANTER O RITMO DAS REFORMAS

PROMOVER O CAPITAL HUMANO E O EMPREGO

A sustentabilidade do crescimento económico e do bem-estar social dependem de uma distribuição equitativa do conhecimento pelo conjunto da sociedade. A ambição de qualquer Governo deve ser a criação de melhores oportunidades de educação para desenvolver o potencial humano dos cidadãos e, desta forma, melhorar o capital humano do seu País. Para alcançar estes objetivos revela-se indispensável um funcionamento eficaz do mercado de trabalho e um sistema de educação de elevada qualidade. Este crescimento equilibrado exige a criação de sistemas de ensino vocacional e formação profissional eficazes, a promoção da formação em contexto de trabalho e uma crescente internacionalização do ensino superior e das instituições de investigação.

Historicamente, Portugal tem apresentado baixos indicadores de escolarização, por exemplo no que concerne à percentagem da população com ensino secundário e superior completo, facto que tem tido repercussões negativas no crescimento

da produtividade. No entanto, nos últimos anos registou-se uma rápida evolução, não só em termos do acesso à educação ou abandono escolar precoce (taxa de abandono escolar precoce diminuiu de 44,2%, em 2001, para 19,2%, em 2013 – Eurostat), mas também em relação aos indicadores qualitativos. Portugal foi um dos países que registaram uma melhoria mais significativa do aproveitamento escolar, com base nos dados do programa PISA da OCDE. Também se verificou uma melhoria idêntica da percentagem de trabalhadores com idades entre 30 e 34 anos com formação superior, que quase triplicou desde 2001.

Os progressos realizados na melhoria dos conhecimentos e capacidades da geração mais jovem de trabalhadores e dos que estão prestes a ingressar no mercado de trabalho são encorajadores. No entanto, grande parte dos trabalhadores tem níveis de qualificação relativamente baixos. Este défice formativo deve ser corrigido através de políticas públicas que promovam a formação profissional e a aprendizagem

ao longo da vida, garantindo em simultâneo um ajustamento da oferta formativa às necessidades específicas das empresas.

A recente crise económica teve como efeito mais negativo o rápido aumento do desemprego. Ainda que, desde os anos 2000, a taxa de desemprego tenha vindo a subir de forma gradual e constante, o período recente foi marcado por um aumento acentuado do desemprego, que atingiu um máximo histórico de 17,7% no primeiro trimestre de 2013. Embora, felizmente, a taxa de desemprego tenha descido desde então, para 15,1% no primeiro trimestre de 2014, ainda permanece muito elevada. O desemprego jovem e o desemprego de longa duração são os aspectos mais dramáticos desta realidade, não só para as pessoas envolvidas e as suas famílias, mas também para as perspetivas económicas de longo prazo do País.

O Programa de Reformas

A promoção de oportunidades de emprego e a valorização do capital humano requer uma estreita articulação entre os sistemas educativo e formativo e o mercado de trabalho.

O Governo irá acompanhar de perto as recentes reformas do MERCADO DE TRABALHO no sentido de avaliar o respetivo impacto e ajustar o que se revelar necessário.

As POLÍTICAS ATIVAS DO MERCADO DE TRABALHO

continuarão a ser uma prioridade, com o objetivo de aumentar as oportunidades de emprego, em particular para os jovens e para os desempregados de longa duração; de melhorar continuamente os processos de oferta e procura de emprego; e de assegurar uma oferta de ensino e formação profissional adequados.

No que se refere à EDUCAÇÃO em geral, o Governo está a reforçar a monitorização da qualidade do ensino e a aumentar a autonomia das escolas, um processo que será aprofundado no futuro próximo; e a melhorar a articulação entre as escolas e as empresas, nomeadamente no âmbito do sistema do ensino profissional.

Simultaneamente, o combate ao abandono escolar precoce continuará a ser alvo de atenção e os investimentos no ensino superior serão mais bem relacionados com as taxas de empregabilidade.

I. MERCADO DE TRABALHO

Em Portugal, o mercado de trabalho caracterizava-se por uma marcada segmentação entre trabalhadores com contratos permanentes, com um elevado grau de rigidez, e trabalhadores com contratos a prazo, de natureza precária.

Para além da questão da equidade, esta situação é prejudicial ao crescimento, uma vez que ambos os extremos podem ser prejudiciais à produtividade, o primeiro devido à falta de flexibilidade e mobilidade e o segundo devido aos reduzidos incentivos ao desenvolvimento profissional. Uma excessiva rigidez do mercado de trabalho também afecta negativamente a criação de emprego e a capacidade das empresas para resistirem à crise económica.

As reformas recentes, realizadas no âmbito de um acordo tripartido assinado por todas as associações patronais e uma importante confederação sindical, constituíram um passo importante na direcção certa, tendo incluído uma redução das compensações por cessação de contrato, alterações relativamente à organização do tempo de trabalho, à negociação colectiva e a outras áreas do mercado de trabalho que contribuirão a prazo para o aumento da produtividade e para a redução do tempo que os desempregados levam a encontrar novo trabalho. Foram também estabelecidos critérios mais justos no caso de extinção de posto de trabalho, promovendo o mérito, o desempenho, a qualificação e reduzindo a segmentação, assim como um conjunto de regras mais transparentes para os despedimentos individuais. Depois de crises, a

recuperação do emprego tende a ser mais lenta do que a recuperação económica. No entanto, em 2013, o emprego começou a recuperar logo que se iniciou a retoma do crescimento, o que parece indicar que as reformas laborais tinham já começado a produzir efeitos, dando às empresas a confiança necessária para procederem a novas contratações.

A principal prioridade do Governo será agora o desenvolvimento de indicadores de desempenho para avaliar o impacto das instituições do mercado de trabalho. Paralelamente, a evolução da segmentação do mercado de trabalho será avaliada continuamente, e considerada como um fator decisivo para a recuperação do emprego e a promoção da equidade entre todos os trabalhadores.

Novas reformas do mercado de trabalho

O Governo irá promover o diálogo sobre a negociação colectiva com os parceiros sociais. É fundamental promover tanto a contratação coletiva como os acordos de empresa, com vista a garantir a competitividade dos diferentes sectores. Alcançar um consenso entre todas as partes interessadas será importante para prosseguir a estabilização do mercado de trabalho, a redução sustentada do desemprego, crescimento continuado dos níveis de emprego e o alinhamento

da evolução salarial com a evolução da produtividade. Na definição do salário mínimo, o Governo terá em conta a evolução da produtividade e consultará os parceiros sociais.

Os critérios aplicáveis à extensão das convenções coletivas podem ser revistos para terem em conta a representatividade das micro, pequenas e médias empresas nos principais sectores. Simultaneamente, a sobrevivência e caducidade das convenções coletivas poderá ser reduzida com vista a promover o diálogo entre os representantes de empregadores e trabalhadores nos temas relacionados com as condições de trabalho.

II. POLÍTICAS ATIVAS DO MERCADO DE TRABALHO

As políticas adotadas nesta área foram abrangentes, envolvendo um conjunto de novas medidas ativas de emprego, bem como uma reforma profunda da estrutura institucional do Serviço Público de Emprego, reforçando as suas capacidades de adequação da procura de emprego à oferta disponível. Em termos de financiamento, as várias medidas beneficiaram de fundos disponíveis da UE direcionados para o combate ao desemprego jovem. Ainda neste âmbito, o Governo está a proceder, em articulação com a OCDE, a uma avaliação abrangente no sentido de

identificar défices de competências no confronto entre oferta das qualificações detidas pelos recursos humanos e a procura de qualificações por parte da economia, com o propósito de introduzir reformas nos sistemas educativo e formativo que favoreçam um ajustamento de qualificações favorável à competitividade.

Medidas para a promoção do emprego jovem

O problema do desemprego jovem mereceu especial atenção do Governo. No contexto da iniciativa Impulso Jovem, promovido pela UE, mais de 106 mil jovens já beneficiaram de diversas medidas: estágios, apoios à contratação, apoios ao empreendedorismo e programas de formação profissional. O Governo está ciente de que apesar do trabalho já desenvolvido, ainda existe espaço para melhoria. Neste âmbito, está em curso o Programa Nacional para a operacionalização da Garantia Jovem. O objetivo é abranger cerca de 378 mil beneficiários até 2015 por via de ofertas de educação, formação, inserção e emprego para os jovens portugueses.

Serviço Público de Emprego

Foi concretizado o Programa de Relançamento do Serviço Público de Emprego (SPE) com a execução generalizada das medidas previstas. No quadro da reforma do SPE desenvolveu-se diagnóstico precoce com base no

potencial de regresso ao mercado de trabalho e no risco de permanecer no desemprego, favorecendo o ajustamento, e um trabalho de proximidade com a pessoa desempregada, com intervenção da figura do gestor de carreira. Para o futuro, o SPE estuda a participação de serviços privados de emprego em projetos-piloto de colocação de pessoas desempregadas no mercado.

O Serviço Público de Emprego continua a expandir sua rede de parceiros com o objetivo de disponibilizar um maior número de ofertas de emprego, promover a inserção dos desempregados no mercado de trabalho, e melhorar a qualidade da formação profissional.

Medidas ativas de emprego

As novas medidas ativas de emprego têm-se revelado muito eficazes, contribuindo para atenuar a dimensão negativa do desemprego. Neste âmbito, destaca-se o programa Vida Ativa, que assegura o processo de ativação dos desempregados no prazo máximo de 3 meses após a sua inscrição no Centro de Emprego. Esta medida permite aos desempregados abrangidos cumprir o dever de procura ativa de emprego, mas simultaneamente melhorar a sua empregabilidade através de ações de formação modular ou em contexto de trabalho. Até ao final de março de 2014,

esta medida abrangeu mais de 250 mil beneficiários. Por outro lado, cerca de 13 mil desempregados foram contratados ao abrigo da medida de reembolso da TSU. Estas iniciativas continuarão a ser aplicadas no futuro próximo, na medida em que contribuem para a redução contínua e sustentada do desemprego.

III. EDUCAÇÃO

O sistema de ensino português tem vindo a convergir rapidamente com os indicadores de qualidade de vários países de referência, conforme demonstram, por exemplo, os testes PISA da OCDE. Nas últimas duas décadas, o desafio foi ampliar o acesso a todos os níveis de ensino, reduzir a preocupante taxa de abandono escolar precoce e melhorar a qualidade do ensino profissional.

Embora o ensino esteja hoje mais adequado às necessidades do País e seja mais sustentável, existem ainda importantes desafios. Serão necessários esforços acrescidos para continuar a: reduzir a taxa de abandono escolar precoce, melhorar o ensino vocacional, aumentar o número de pessoas com qualificação superior e, acima de tudo, melhorar os padrões de qualidade do ensino em geral.

Ensino Básico e Secundário

Está já em funcionamento o novo sistema informático para a gestão, planeamento e avaliação do sistema de ensino, servindo de ferramenta de monitorização através da geração de indicadores de desempenho das escolas em tempo real. O Governo desenvolveu ainda uma profunda revisão da estrutura curricular, introduziu metas curriculares e está a melhorar os programas de formação de professores. O objetivo é melhorar a estrutura dos currículos, elevando o nível de desempenho exigido aos alunos, de forma a melhor adequar a oferta educativa às necessidades da sociedade moderna.

O Governo está ainda a trabalhar no sentido de melhorar a qualidade da docência. Por um lado, procedeu-se a uma revisão das habilitações para a docência, reforçando a componente científica dos cursos superiores de educação e foi criada uma prova de avaliação dos conhecimentos e capacidades para seleção dos docentes. Por outro lado, estão a ser preparadas medidas visando a atualização científica e a formação contínua de docentes.

Foi adotado um novo modelo de avaliação externa das escolas assente em três pilares: resultados académicos e sociais; prestação de serviços educativos; e liderança e gestão de recursos. O processo de progressivo reforço da autonomia das escolas está

em curso. O Ministério da Educação e Ciência já celebrou mais de 200 contratos de autonomia, um número que superou amplamente o objetivo de 150 inicialmente estabelecido no programa de ajustamento. Estas escolas gozam de uma maior flexibilidade, quer em termos de gestão da oferta formativa e do currículo, quer a nível da gestão da carga letiva. Os contratos de autonomia preveem a definição de indicadores-chave sujeitos a avaliação regular e os primeiros resultados obtidos são encorajadores. Este é claramente um processo a aprofundar nos próximos meses.

Melhorar o ensino vocacional e a formação profissional

Uma das principais prioridades do Governo tem sido o desenvolvimento do ensino vocacional e profissional, nomeadamente do sistema dual. Esta medida tem sido fundamental para combater a taxa de abandono escolar precoce tradicionalmente elevada e garantir uma melhor adequação da oferta formativa às necessidades da economia real. Algumas medidas já foram concretizadas ou estão em curso no quadro do Sistema Nacional de Qualificações. Os cursos profissionalizantes do ensino secundário (do 10º ao 12º ano de escolaridade) são reconhecidos por este sistema. O Governo prevê para breve a promoção das novas Escolas Profissionais de

Referência Empresarial, em estreita parceria com empresas locais, regionais ou nacionais, tendo em vista a participação dos operadores económicos na formação e na articulação dos currículos com as necessidades concretas das empresas dos sectores da indústria e serviços.

Ainda neste âmbito, o Governo está a desenvolver a nova rede de Centros para a Qualificação e Ensino Profissional (CQEP), articulada com o Serviço Público de Emprego e com as escolas locais, com vista a apoiar os jovens na escolha da oferta educativa ou formativa que melhor se ajuste ao seu perfil (também com o apoio dos serviços de orientação profissional) ou proporcionar uma melhor orientação aos adultos para ofertas educativas e formativas existentes. Outro importante projeto que está previsto para breve é a elaboração de um guia metodológico de aprendizagem ao longo da vida. O objectivo é o de definir cerca de 80 profissões com grande relevância económica e adequar a oferta de educação ao longo da vida às necessidades destas profissões, um trabalho que será sempre desenvolvido em articulação com os centros de emprego e o sector privado.

Ensino Superior e Investigação

A qualidade do ensino superior em Portugal também tem vindo a melhorar

nos últimos anos. O número de jovens (com idade entre os 30 e 34 anos) com formação superior aumentou de 11,3%, em 2000, para 29,2% em 2013 (Eurostat). Atualmente, o Governo está empenhado na racionalização da oferta educativa, avaliando a sua relevância e qualidade e promovendo a internacionalização do sector.

O Governo criou um novo ciclo de formação superior, designadamente os Cursos de Técnico Superior Profissional, com a duração de dois anos letivos, de natureza profissional (orientados para as empresas), que atenderão às necessidades das empresas das regiões em que serão ministrados. Prevê-se que até 2020 cerca de 35.000 estudantes conclua esta formação. Por outro lado, com a sua estratégia de internacionalização, o Governo pretende aumentar o número de estudantes estrangeiros em Portugal.

No que diz respeito ao plano para a investigação e desenvolvimento, foram lançadas novas iniciativas com o objetivo de melhorar a qualidade do sistema nacional de Investigação, Desenvolvimento e Inovação (I&D&I). Paralelamente continuará a promover-se a inovação e a transferência de conhecimento para o sector produtivo. Apresentam-se, de seguida, alguns exemplos dessas iniciativas: o Programa Investigador FCT, que prevê a celebração de contratos de investigação

de 5 anos, renováveis, com os doutorados internacionalmente mais competitivos; os concursos para Programas Doutorais FCT, que visam promover a formação pós-graduada de excelência e fomentar parcerias nacionais e internacionais entre universidades e centros de I&D, e entre universidades e empresas; o Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação, um plano plurianual que define as prioridades de investimento

em infraestruturas educativas; e, por último, o Programa de Transferência de Conhecimento e Tecnologia, uma iniciativa destinada a acelerar a convergência da capacidade de investigação de Portugal com a de países comparáveis, através do desenvolvimento conjunto de programas de doutoramento por universidades e empresas, e pela atribuição de bolsas de pós-doutoramento em empresas.

MANTER O RITMO DAS REFORMAS

RACIONALIZAR O SECTOR PÚBLICO

A definição de políticas públicas que fomentem a competitividade e promovam o capital humano e o emprego é fundamental para o crescimento, mas tal exige um conjunto de condições prévias: uma administração pública eficiente e eficaz, capaz de formular e executar tais políticas; e um Estado sustentável, que mantenha as finanças públicas equilibradas e uma cultura de responsabilidade na utilização dos recursos públicos.

Em Portugal existe um amplo consenso sobre as conquistas do Estado Social. Nas últimas décadas registou-se uma melhoria notável dos índices sociais, sanitários e educacionais, mas tais avanços, que todos reconhecemos, não devem ser motivo de complacência. Ainda há muito por fazer a nível da organização e gestão do sector público. Quando empreendemos uma reforma ambiciosa do Estado devemos questionar-nos se com os mesmos, ou até menos recursos, poderíamos ter

obtido melhores resultados; e se o Estado constitui um entrave ao crescimento ou um promotor do crescimento.

Uma reforma do sector público bem-sucedida é indissociável de diversos factores, designadamente: da promoção da eficiência organizacional e do desenvolvimento dos recursos humanos, que são vitais para um Estado mais eficiente e menos burocrático; da redução estrutural da despesa pública para níveis sustentáveis, de modo a permitir aliviar a carga fiscal; e de um firme empenho na melhoria contínua, sem nunca perder de vista o objetivo da promoção da equidade social e intergeracional.

Os vários Governos anteriores lançaram iniciativas importantes para melhorar a eficiência do Estado. Esta é uma área onde a existência de um amplo consenso político é particularmente importante para garantir a prossecução das reformas a longo prazo. O Governo

decidiu atribuir maior prioridade à reforma do Estado, sendo de salientar que já foram concretizadas variadas medidas importantes durante o programa. Destaca-se o recentemente apresentado guião para a Reforma do Estado, intitulado “Um Estado Melhor”, que resulta de um trabalho de auscultação e concertação com os partidos políticos e parceiros sociais.

O Plano de Reformas

Reformar o sector público é uma das tarefas mais complexas de qualquer Governo. O Guião para a Reforma do Estado² descreve o enquadramento do plano de reformas a concretizar e procura alcançar um amplo consenso. Sendo certo que as reformas previstas neste plano serão aprofundadas no futuro próximo, é também verdade que muito já foi feito antes da apresentação do guião. Daqui em diante, o trabalho prosseguirá em várias frentes.

Para garantir a sustentabilidade a longo prazo do processo de consolidação orçamental em curso e evitar futuros desequilíbrios orçamentais, o Governo irá promover um ambiente político e jurídico mais favorável à prossecução dos objetivos de SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTAL.

Será também necessário concentrar esforços nas reformas da SEGURANÇA SOCIAL, a principal componente da despesa pública. Estas reformas são essenciais para garantir a sustentabilidade do sistema e a equidade intergeracional.

Também no SECTOR DA SAÚDE, uma das principais funções do Estado, está em curso uma importante reforma iniciada em 2012, nomeadamente na rede hospitalar e na área dos medicamentos. Embora não referido nesta secção por ser temática da anterior, o guião da reforma do Estado apresenta também várias propostas na área da Educação, com o objetivo de introduzir maior autonomia e liberdade de escolha no sistema de Ensino Público.

Por último, há ainda muito por fazer no âmbito da organização e funcionamento da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, no sentido de aprofundar as várias medidas já realizadas e tornar o Estado mais eficiente para melhor responder às necessidades dos cidadãos.

I. SUSTENTABILIDADE ORÇAMENTAL

Nos últimos três anos, o Governo executou um conjunto abrangente de medidas de gestão das finanças públicas com o objetivo de melhorar o processo orçamental em Portugal. Atualmente,

² Disponível em <http://www.portugal.gov.pt/media/1228115/20131030%20guiao%20reforma%20estado.pdf>

Portugal é um dos poucos países que têm um Conselho das Finanças Públicas – o órgão responsável pela análise das contas públicas – que goze de total independência. Mais importante ainda, é de referir que o Pacto Orçamental Europeu foi já transposto para o ordenamento jurídico interno aquando da revisão da Lei de Enquadramento Orçamental, cuja aprovação na Assembleia da República também contou com os votos favoráveis do principal partido da oposição. Este é um sinal tranquilizador considerando o caminho que temos ainda a percorrer para alcançarmos e mantermos o equilíbrio orçamental.

Estratégia Orçamental

Durante vários anos, a despesa pública cresceu consistentemente a um ritmo superior ao do crescimento do PIB. Acresce ainda que o atual nível de tributação é muito elevado, afetando a atividade económica. O Governo considera, por conseguinte, que, a médio-longo prazo, o esforço de consolidação orçamental deverá continuar a assentar na redução da despesa pública. O Governo propõe ainda que, uma vez atingido o equilíbrio orçamental, com saldos primários sustentáveis, a despesa pública deverá manter uma trajetória controlada ou descendente, de forma a permitir aliviar a carga fiscal. O Governo tentará promover o consenso político com o

principal partido da oposição no sentido de definir um limite máximo para a despesa pública e alcançar um compromisso sobre os saldos primários. A continuidade da execução da reforma do Estado trará maior eficiência à administração pública, contribuindo assim para esse objectivo.

II. SEGURANÇA SOCIAL E TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS

As prestações sociais constituem a principal componente da despesa pública, abrangendo pensões, subsídios de desemprego e outras prestações sociais. A evolução demográfica e a conjuntura económica exercem uma forte pressão no sentido do aumento destas despesas, razão pela qual as reformas nesta área são essenciais para tornar o sistema mais sustentável, eficiente e equitativo. Deverá ainda continuar-se a melhorar a eficiência na aplicação dos fundos e no combate à fraude.

Pensões

A evolução demográfica, o contexto de baixo crescimento económico e a estrutura do sistema de pensões português estão a exercer uma pressão excessiva sobre o sistema. O Governo tomou um conjunto de medidas importantes no âmbito do programa de ajustamento, com vista a reduzir a

despesa e garantir o equilíbrio do sistema. É fundamental resolver o problema da sustentabilidade, que representa um risco para a situação orçamental do país e compromete a equidade intergeracional.

Uma dessas reformas visa a convergência entre os dois sistemas – privado e público – de maneira a criar um modelo mais sustentável e justo. Tal deve conduzir a um regime único e harmonizado, substituindo os dois sistemas, com os seus diferentes défices e fórmulas de cálculo.

Como apresentado no Documento de Estratégia Orçamental, o Governo adotará a partir de 2015 uma solução duradoura para o sistema público de pensões, em concertação com as principais partes interessadas. No âmbito da Reforma do Estado o Governo está a estudar a possibilidade de estabelecer um valor máximo para as contribuições e futuras pensões, apenas a partir de um determinado nível de rendimentos, mantendo-se até esse limite a obrigatoriedade de descontos para o sistema público. Empreendendo medidas nesse sentido, a par com o recente aumento da idade de reforma para os 66 anos (complementado com um fator de sustentabilidade relacionado com a evolução da esperança média de vida), o Governo está a promover a sustentabilidade a

longo prazo e a equidade do sistema público de pensões português.

Transferências Sociais

O Governo está a estudar a possibilidade de introduzir um limite máximo para o montante total de prestações não contributivas e subsídios substitutivos de rendimento de trabalho a atribuir a pessoas em idade ativa. Esta proposta baseia-se no modelo “Benefit Cap” em vigor no Reino Unido. Atualmente, não existem dados suficientes sobre a acumulação de prestações porque não há troca de informação, nesta matéria, entre a administração central e as administrações local e regional. Esta situação é suscetível de criar desigualdades, permitindo que um beneficiário receba um montante total de prestações maior do que aquele que é atribuído a um ativo com o salário médio. Esta reforma irá contribuir para a obtenção de melhores dados quantitativos sobre as prestações sociais em geral e para um sistema de proteção social mais eficiente e equitativo, e, simultaneamente, gerar poupanças para o Orçamento de Estado. A proposta relativa à fixação de um limite máximo para as prestações não contributivas deverá ser apresentada em 2015. Neste âmbito, está ainda previsto o estudo e apresentação de outras medidas.

III. SECTOR DA SAÚDE

Nas últimas décadas os Portugueses beneficiaram de melhorias muito significativas nos padrões de saúde. A esperança média de vida aumentou rapidamente e verificou-se um considerável progresso na saúde infantil. Desde 1990, a despesa em saúde *per capita* quintuplicou, correspondendo a um aumento médio anual de 19%. No final de 2010, a despesa pública em saúde representava 6,8% do PIB. Por outro lado, o montante dos pagamentos em atraso no sector continuava a aumentar, principalmente no que respeita à indústria farmacêutica, atingindo 2 mil milhões de euros nesse mesmo ano. Este rápido aumento deveu-se principalmente à inovação na saúde, mas também a ineficiências do sistema e a uma população em envelhecimento. Os indicadores de saúde têm vindo a melhorar consistentemente, mas com a prossecução de reformas adequadas podem continuar a melhorar no âmbito de um sistema de saúde mais sustentável. Nos próximos meses, as medidas neste domínio incidirão sobre a melhoria da eficiência e da transparência do sistema, nomeadamente através da prossecução da reforma hospitalar, da reforma da política do medicamento e da racionalização da despesa pública em medicamentos, com vista a assegurar a

sustentabilidade do Sistema Nacional de Saúde a longo prazo. O sistema requer um enfoque crescente nas necessidades do cidadão. Um conjunto de medidas está a melhorar o acesso aos cuidados primários, sendo o objetivo cobrir toda a população com a rede de médicos de família. O principal desafio neste âmbito consiste em alcançar estes objetivos e, simultaneamente garantir a qualidade, a segurança e o acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde.

A Reforma Hospitalar

A reforma hospitalar visa tornar os hospitais mais eficientes, através da adoção de melhores práticas de gestão e de uma maior responsabilização dos intervenientes. A concretização de um sistema electrónico de registo clínico é uma das principais medidas estruturais previstas no âmbito desta reforma. Foi criado um novo sistema que permite a comparação do desempenho dos hospitais (*benchmarking*) com base num conjunto de indicadores. É de referir ainda que também os utentes têm um papel na responsabilização e transparência do sistema de saúde, designadamente ao receberem uma informação com o preço dos cuidados de saúde prestados, a qual também se destina a dar a conhecer-lhes o custo real da prestação desses cuidados.

Será dada continuidade à reforma através da operacionalização de um

plano estratégico para cada hospital, do reforço da aquisição centralizada de bens e serviços e dos serviços partilhados, da publicação e aplicação das normas de orientação clínica para a prescrição médica e da adoção de outras medidas visando melhorar a eficiência do sistema de saúde.

Política do Medicamento

Durante o programa de ajustamento, a política do medicamento foi objeto de uma das mais exigentes reformas estruturais no domínio da saúde, cujo desafio consistia em garantir que a respetiva concretização não limitasse o acesso aos cuidados de saúde nem agravasse os custos suportados pelos utentes. Foram lançadas várias medidas com vista a aumentar a utilização de genéricos, nomeadamente: a prescrição por Denominação Comum Internacional (DCI); a revisão do atual sistema de preços de referência com base nos preços internacionais; o acordo com a indústria farmacêutica tendo em vista um limite anual para a despesa pública com medicamentos (1% do PIB). O Governo irá inscrever no Orçamento do Estado para 2015 uma nova medida visando garantir o cumprimento desse limite. Paralelamente, o Ministério da Saúde irá dar continuidade às reformas estruturais neste sector, nomeadamente a conclusão da elaboração do Formulário Nacional de Medicamentos e a operacionalização do sistema de

registo e codificação de dispositivos médicos.

Investigação e Inovação na área da Saúde

O Governo procura envolver as universidades, os agentes privados e os prestadores de cuidados de saúde num esforço conjunto para uma melhor aplicação do conhecimento e da tecnologia disponíveis. O objetivo é criar um ambiente propício à inovação, melhorando os padrões de investigação aplicada, promovendo a competitividade nas indústrias da saúde e favorecendo a internacionalização do sector.

IV. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

As reformas no âmbito da organização e gestão da administração pública são fundamentais. Face à sua crescente complexidade, os Estados modernos necessitam de uma estrutura organizacional mais simples. A rápida evolução das necessidades dos cidadãos relativamente às competências e serviços da administração pública é acompanhada por crescentes exigências de responsabilização, transparência e sustentabilidade, o que implica uma reflexão constante sobre a organização do sector público por parte dos Governos.

Despesa Pública com Pessoal

Ao longo do período do programa de ajustamento, o número de funcionários públicos foi significativamente reduzido, quer através de um controlo rigoroso das novas admissões, quer através de outros programas de redimensionamento seletivo de efetivos. Nos últimos três anos, o número de trabalhadores da administração pública registou um decréscimo de cerca de 8%. A par das medidas de incidência salarial, este decréscimo torna a despesa pública com pessoal mais sustentável.

Medidas recentes abrangeram a alteração do período normal de trabalho no sector público para 40 horas semanais, visando a convergência com o horário de trabalho praticado no sector privado, bem como a promoção de uma maior flexibilidade e mobilidade no domínio da gestão de recursos humanos. É de salientar que também está em curso uma revisão da tabela remuneratória e dos suplementos remuneratórios, com base num estudo independente que envolveu uma análise comparativa das remunerações praticadas no sector público e no sector privado. As medidas que vierem a ser adotadas neste domínio pretendem racionalizar e valorizar a Administração Pública.

Visa-se assim uma redução das estruturas da administração pública,

mas com o aumento da sua eficiência. Para melhorar a qualidade dos serviços, as medidas devem ter por objetivo um aumento dos recursos humanos qualificados e a promoção das oportunidades de formação profissional e aprendizagem ao longo da vida. Estas são condições essenciais para responder aos desafios da gestão pública moderna. Novas reduções do número de trabalhadores serão concretizadas principalmente através de uma política de contenção no recrutamento, sempre abaixo de uma entrada por cada saída, e de programas de rescisões por mútuo acordo.

Administração Local

Foi promulgada em 2013 uma nova Lei das Finanças Locais, com o objetivo de garantir a sustentabilidade orçamental, bem como reforçar a transparência e a responsabilização ao nível das autarquias locais. O Governo está a preparar a criação de um Fundo de Resolução Municipal destinado a prestar assistência financeira aos municípios que se encontrem em dificuldades financeiras e a acompanhar programas de ajustamento orçamental. O Governo irá apresentar à Assembleia da República, até junho de 2014, uma proposta de lei visando regulamentar os procedimentos e os instrumentos desse Fundo.

Com o objetivo de melhorar a eficiência, o Governo está ainda empenhado em promover a descentralização de competências da administração central em áreas específicas, nomeadamente na prestação de serviços sociais como a educação, saúde e segurança social. Para garantir o sucesso desta política, o Governo está a preparar o lançamento de projetos-piloto de descentralização para um número limitado de municípios. Tendo em conta uma avaliação da sobreposição entre serviços da administração central e da administração local e o programa Aproximar, serão elaboradas propostas concretas de reorganização e racionalização até meados de 2014. A evolução social, demográfica e tecnológica, por um lado, e as restrições orçamentais, por outro, impõem a necessidade de reorganização da rede de serviços públicos.

O Governo também está empenhado em reforçar a transparência e a responsabilização ao nível das autarquias locais. Nesse sentido, está a ser preparado um portal dedicado à Transparência Municipal, que disponibilizará informação sobre mais de 100 indicadores de gestão administrativa e financeira (designadamente, recursos humanos, contratação pública, discriminação de receitas, despesas municipais e dívida), medidas orçamentais, indicadores

económicos e serviços municipais. Por último, o Governo irá lançar, nos próximos meses, um novo programa de capacitação dos recursos humanos da administração local, com o objetivo de melhorar a qualidade dos serviços prestados à comunidade empresarial local.

Reforma das estruturas orgânicas

No início de seu mandato, o Governo lançou o Plano de Redução e Melhoria da Administração Central do Estado (PREMAC), visando eliminar as estruturas e os serviços sobrepostos, bem como reduzir o número de cargos dirigentes na administração pública. Em breve, lançará o PREMAC II, um novo ciclo de avaliação e extinção de estruturas públicas desnecessárias. Será ainda dada prioridade ao reforço da utilização de serviços partilhados na administração central, devendo as propostas concretas neste domínio ser apresentadas até o final do ano, tendo em vista a sua execução durante 2015.

É ainda de salientar que estes esforços de reestruturação serão apoiados por um plano para as Tecnologias de Informação (TIC) no sector público. O objetivo é gerar poupanças significativas, que se deverão refletir já no Orçamento do Estado para 2015, no âmbito de um programa especializado. Este programa, que está estruturado em torno de 25 medidas principais visando

reduzir os custos com as TIC, prevê, designadamente: a centralização da função informática em cada ministério, com o intuito de obter significativas economias de escala e de gama; a consolidação dos vários centros de dados existentes na administração pública (mais de 6.000) num número reduzido de centros por ministério; e a adoção de soluções de *software* livre ou aberto.

Outra importante iniciativa do Governo foi a criação da Rede Interministerial de

Modernização Administrativa (RIMA), que irá coordenar a nível central a reforma dos custos da regulamentação, a desburocratização, a avaliação do impacto da regulamentação e a simplificação dos procedimentos administrativos. Esta rede é composta por pontos focais em cada ministério, desempenhando um papel fundamental na concretização das reformas em cada organismo governamental, facilitando a partilha de informação e a definição de parâmetros de referência internos.

PRINCIPAIS MEDIDAS PREVISTAS³

<i>Fomentar a Competitividade</i>	<i>Data</i>
Conclusão dos estatutos das entidades reguladoras nacionais, em conformidade com a nova lei-quadro, incluindo os estatutos da Autoridade da Concorrência	T4-2014
Concretização de um conjunto de medidas no valor global de 3,4 mil milhões de euros visando eliminar a dívida tarifária até 2020, assim como um novo pacote de medidas cujo o objectivo é a estabilização do preço da energia	Em curso
Aplicação da regra da comporta regulatória (<i>one-in, one-out</i>), e de outros mecanismos de avaliação do impacto regulatório de atos normativos, aprovados em Conselho de Ministros	T4-2014
Revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) e do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE)	T2 - 2014
Alteração dos estatutos das associações públicas profissionais em conformidade com a nova lei-quadro das profissões reguladas	T3-2014
Aprovação do novo Código de Procedimento Administrativo	Até 2015
Operacionalização do novo mapa judiciário	T4-2014
Prosseguimento dos programas definidos para facilitar o acesso ao financiamento das empresas	Em curso
Operacionalização da Instituição Financeira de Desenvolvimento	T4-2014
Conclusão do sistema de alerta precoce de acumulação de dívida empresarial a desenvolver pelo Banco de Portugal	T3-2014
Revisão do SIREVE, com o objetivo de melhorar as condições para a recuperação extrajudicial de empresas	T4-2014
Aprovação de um Plano de Ação para o Crescimento Verde e para a Reforma da Fiscalidade Verde	T3-2014

³ Lista não exaustiva de medidas.

Operacionalização do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas	Em curso
Continuação da renegociação dos contratos de concessão de terminais portuários com vista a aumentar a competitividade	T2-2014
Reestruturação do sector da água	Em curso - 2015
<i>Promover o Capital Humano e o Emprego</i>	<i>Data</i>
Acompanhamento das reformas do mercado de trabalho, procedendo aos ajustamentos que se revelem necessários, nomeadamente as recentes propostas de alteração ao Código do Trabalho	Em curso
Dinamização da negociação coletiva no sentido de incentivar o diálogo social	Em curso
Continuação da avaliação de competências em articulação com a OCDE	T4-2014
Continuação das medidas de promoção do emprego jovem	Em curso
Alargamento dos contratos de autonomia a um maior número de escolas	Em curso
Continuação dos esforços no sentido de melhorar o ensino vocacional e a formação profissional	Em curso
Apresentação e operacionalização do Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação	T3-2014
<i>Racionalizar o Sector Público</i>	<i>Data</i>
Concretização e operacionalização de medidas visando garantir a sustentabilidade do sistema público de pensões	T4-2014
Estudo e apresentação de um novo modelo para a consolidação de todas as prestações sociais não contributivas	2015

CAMINHO PARA O CRESCIMENTO

Continuação da reforma hospitalar, nomeadamente da rede hospitalar	Em curso
Lançamento do PREMAC II	A definir
Continuação do reforço da utilização de serviços partilhados na administração pública	T4-2014 e 2015
Criação da Rede Interministerial de Modernização Administrativa	T3-2014
Operacionalização do programa “Aproximar” a nível local e regional, e elaboração de propostas concretas de reorganização e racionalização	T4-2014
Operacionalização do PGERRTIC - Plano Global Estratégico de Racionalização e Redução de Custos nas Tecnologias de Informação e Comunicação	T1-2015
Aprovação da Estratégia para a Digitalização dos Serviços Públicos (incluindo objetivos de melhoria contínua até 2020)	Até 2015
Definição e concretização efetiva da nova tabela remuneratória única e da tabela única de suplementos remuneratórios	T4-2014

COMPROMISSOS ORÇAMENTAIS

A sustentabilidade das finanças públicas é uma condição necessária para o crescimento sustentado. O Governo português está firmemente empenhado em atingir e manter o equilíbrio orçamental e em diminuir gradualmente o nível da dívida pública.

Consideramos que o Pacto de Estabilidade e Crescimento e o Pacto Orçamental são instrumentos fundamentais para o crescimento sustentado no nosso País e na União Europeia em geral.

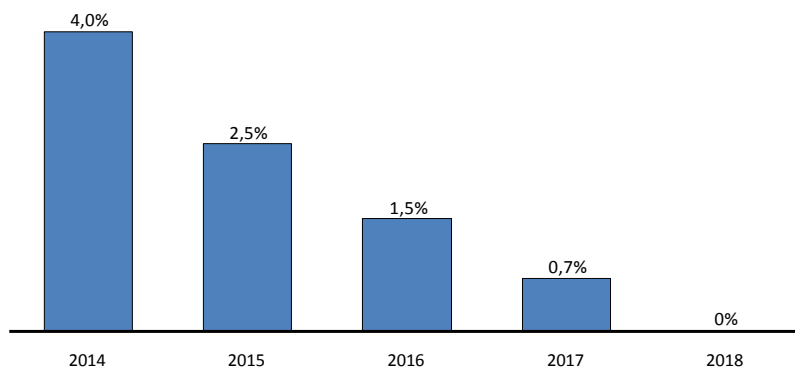
Pacto de Estabilidade e Crescimento

De acordo com o Pacto de Estabilidade e Crescimento, os Estados-Membros da UE devem evitar défices orçamentais

excessivos, garantindo o equilíbrio e a sustentabilidade das contas públicas. O Pacto de Estabilidade e Crescimento estabelece um limite para o défice das administrações públicas (3% do PIB) e para o rácio da dívida pública (60% do PIB). Portugal está no caminho certo para cumprir o requisito do Pacto relativo ao défice das administrações públicas. O Governo continua empenhado em atingir um défice de 2,5% do PIB em 2015, em conformidade com a Recomendação do Conselho com vista a por termo à situação de défice orçamental excessivo em Portugal, tendo reafirmado esse seu empenho no âmbito do Programa de Ajustamento Económico.

Défice orçamental 2014-2018

Percentagem do PIB.



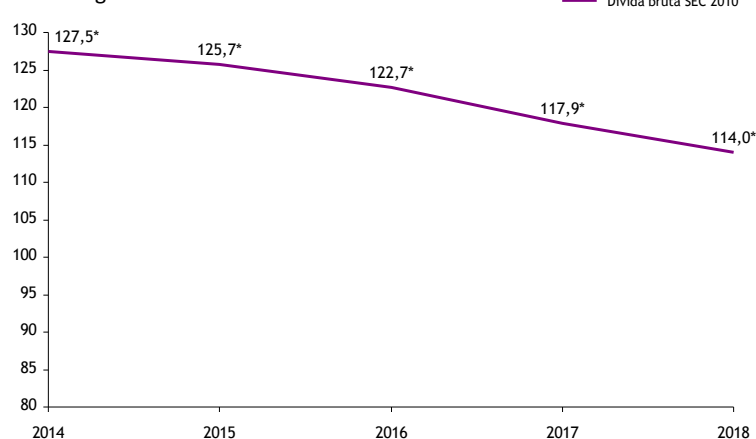
Fonte: Ministério das Finanças, Abril de 2014 – Documento de Estratégia Orçamental.

Por sua vez, a dívida das Administrações Públicas em percentagem do PIB deverá diminuir a partir de 2014. No entanto, é de salientar que o nível de dívida pública

líquida deverá permanecer pelos 120% do PIB no final de 2014, refletindo o nível de depósitos acumulados.

Dívida pública 2014-2018

Percentagem do PIB.



* Estimativas do Ministério das Finanças para o perfil da dívida em SEC 2010 (publicado no Documento de Estratégia Orçamental).
Rácio dívida pública / PIB a ser contabilizado segundo SEC 2010, a partir de Setembro 2014.

Fonte: Ministério das Finanças, Abril de 2014 – Documento de Estratégia Orçamental.

Pacto Orçamental

De acordo com o Pacto Orçamental, os Estados-Membros da UE devem garantir o equilíbrio das contas públicas a médio prazo. No caso de Portugal, isto significa atingir um saldo orçamental estrutural de, pelo menos, -0,5% do PIB. Portugal deverá alcançar esse objetivo de médio prazo em 2017.

No que respeita à dívida pública, sempre que seja ultrapassado o limite de 60% do PIB, o valor excedente deve ser reduzido a uma taxa média de 1/20

ao ano, devendo esta média ser calculada com base num período de 3 anos.

Em Portugal, as regras do Pacto Orçamental Europeu foram já transpostas para o ordenamento jurídico interno aquando da revisão da Lei de Enquadramento Orçamental, que foi aprovada na Assembleia da República, por uma ampla maioria, incluindo o principal partido da oposição.

ANEXO I

Principais reformas no âmbito do Programa de Ajustamento

- Introdução de importantes alterações ao Código do Trabalho incluindo, entre outras: a redução da rigidez excessiva do mercado de trabalho, a redução das compensações por cessação de contrato de trabalho, o aumento da flexibilidade do tempo de trabalho, a alteração das regras do despedimento individual;
- Novo sistema de avaliação do impacto das políticas de educação;
- Novo enquadramento dos contratos de autonomia celebrados entre o Estado e as escolas públicas, visando uma progressiva autonomia das escolas;
- Plano de ação para o ensino profissional e novo sistema de formação dual em parceria com grandes empresas;
- Liberalização dos mercados da eletricidade e do gás através da extinção das tarifas reguladas;
- No sector da energia, negociação de medidas no valor global de 3,4 mil milhões de euros visando eliminar a dívida tarifária e minorar o impacto do aumento dos preços nas famílias e empresas;
- Transposição da Diretiva dos Serviços através da eliminação de restrições nos regimes jurídicos de 67 serviços específicos, contribuindo para facilitar a entrada no mercado e aumentar a concorrência;
- Desenvolvimento do Balcão do Empreendedor, uma plataforma eletrónica multilingue para a realização de todas as formalidades associadas à criação de uma empresa ou a pedidos de licenças;
- Nova lei do arrendamento urbano garantindo um equilíbrio de direitos de senhorios e inquilinos com o objetivo de dinamizar o mercado do arrendamento e, desta forma, promover a mobilidade da mão-de-obra e, a prazo, reduzir o endividamento hipotecário;
- Nova lei-quadro das profissões regulamentadas e transposição da Diretiva das Qualificações, eliminando restrições excessivas e facilitando o acesso às profissões;
- Nova lei da arbitragem, com a adoção das melhores práticas internacionais para facilitar acordos extra-judiciais;
- Definição do novo Mapa Judiciário para a racionalização da rede de tribunais e da respetiva gestão, envolvendo o encerramento de vários tribunais, a criação de tribunais de competência especializada, a definição de indicadores de desempenho transparentes e um novo plano de gestão do pessoal judiciário;
- Novo Código de Processo Civil para aumentar a celeridade e eficácia do sistema judicial, conferindo aos juízes poderes para combater o recurso a expedientes dilatórios;
- Concretização de um conjunto de medidas de combate ao elevado número de pendências nos tribunais, que contribuiu para aumentar significativamente a taxa de resolução de ações executivas, que passou de menos de 100% para quase 200%;
- Nova lei-quadro relativa aos agentes de execução e definição de metas trimestrais de resolução de processos executivos, um dos principais estrangulamentos do sistema judicial;
- Novo código da insolvência visando simplificar os procedimentos e promover acordos com os credores;
- Nova lei da Concorrência, criação do tribunal de competência especializada para propriedade intelectual e do tribunal de competência especializada para a concorrência. Nova lei-quadro das Entidades Reguladoras, com o objetivo de melhorar o enquadramento da concorrência e garantir condições de concorrência equitativas para as empresas.
- Redução e eliminação de um conjunto de regulamentos e requisitos de licenciamento, reduzindo a necessidade de autorização *ex ante* e privilegiando a verificação *ex post*, contribuindo, desta forma, para a redução dos custos e da burocracia.

ANEXO II

Correção do desequilíbrio externo

Um dos principais problemas da economia portuguesa no período imediatamente anterior à crise residia na existência de um défice anual crónico da balança corrente que, nos últimos anos, atingiu valores da ordem dos 10% do PIB, contribuindo para um crescimento rápido da dívida externa. Anualmente, as importações registavam um aumento significativo face às exportações. Um défice de 10% do PIB num determinado ano representava, anualmente, um aumento da dívida externa portuguesa da ordem de 17 mil milhões de euros. Na origem deste desequilíbrio estavam uma forte dinâmica da procura interna, em grande parte alimentada pelo crédito, e problemas estruturais de competitividade.

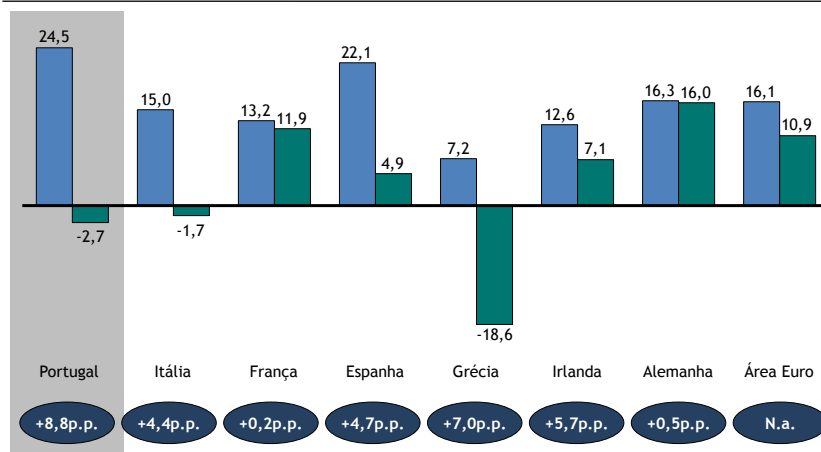
As projeções iniciais do programa de ajustamento da UE/FMI eram pessimistas quanto à capacidade de Portugal reduzir este défice, apontando para um défice ainda acima dos 2% do PIB em 2016. Esta perspectiva era compreensível. Os países que não fazem parte de uma união monetária dispõem da solução tradicional fácil da desvalorização monetária, que permite aumentar automaticamente o preço das importações e reduzir o preço das

exportações, restaurando assim a competitividade da economia, ainda que de forma um tanto artificial. No entanto, no âmbito da união monetária, esta opção não é viável. Portugal viu-se assim obrigado a restabelecer a sua competitividade através de reformas estruturais, um processo mais lento e difícil, mas mais sustentável.

A correção deste desequilíbrio revelou-se, no entanto, mais rápida do que previsto. Portugal atingiu logo em 2012 o saldo da balança corrente projetado para 2016, ou seja, quatro anos antes do previsto no programa. Em 2013, o saldo da balança corrente portuguesa apresentou um superavit de 0,5% do PIB, excedente que, segundo as projeções, deverá atingir 0,8% do PIB em 2014. Estes resultados devem-se, em parte, à redução da procura interna e, por conseguinte, à redução das importações, mas principalmente ao aumento das exportações. Veja-se alguns números que dão conta desta notável evolução: em 2012 a balança de bens e serviços apresentou um saldo positivo pela primeira vez desde 1952; entre 2010 e 2013, o crescimento das exportações de bens e serviços foi superior a 24%, uma taxa de crescimento superior à de países comparáveis, como a Espanha, a Itália, a França ou a Irlanda.

Ajustamento em pontos percentuais da balança de bens e serviços
 Exportações
 Importações

Evolução das exportações e importações de bens e serviços para países seleccionados e Área do Euro
 Variação percentual 2010-2013.



Fonte: AMECO Março de 2014; SEAPM

5

Portugal conseguiu assim demonstrar que, apesar das restrições decorrentes das regras de participação na união monetária, através de uma difícil mas necessária desvalorização interna, é possível restaurar a competitividade. Em quatro anos, Portugal aumentou as exportações de bens e serviços, cujo peso no PIB passou de um valor inferior

a 30%, em 2009, para mais de 40% atualmente, subiu na cadeia de valor da sua produção, diversificou os seus mercados de exportação e ganhou quotas de mercado. Este progresso foi alcançado num contexto de evolução desfavorável da procura por parte tradicionais parceiros comerciais de Portugal.